

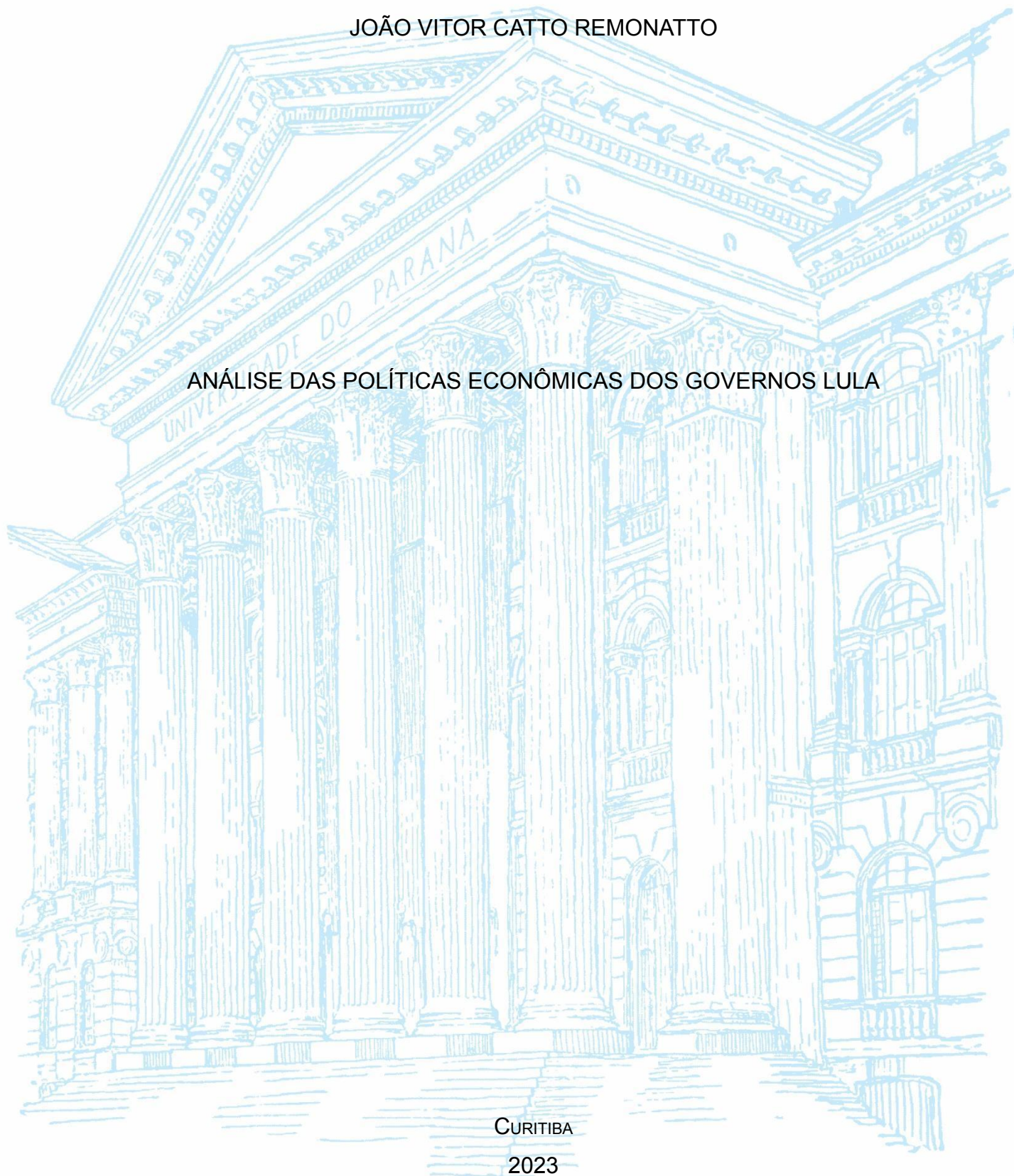
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO VITOR CATTO REMONATTO

ANÁLISE DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS DOS GOVERNOS LULA

CURITIBA

2023



JOÃO VITOR CATTO REMONATTO

## ANÁLISE POLÍTICO-ECONÔMICA DOS GOVERNOS LULA

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientadora: Profa.Dra. Dayani Aquino

CURITIBA

2023

**TERMO DE APROVAÇÃO**

JOÃO VITOR CATTO REMONATTO

**ANÁLISE POLÍTICO-ECONÔMICA DOS GOVERNOS LULA**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

---

Prof(a). Dr(a). Dayani Cris de Aquino

Orientador(a) – Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.

---

Prof(a). Dr(a). \_\_\_\_\_

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.

---

Prof(a). Dr(a). \_\_\_\_\_

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.

Curitiba, XX de junho de 2023.

**AGRADECIMENTOS**

Agradeço a professora Dayani Cris de Aquino pela orientação e atenção dispensada a este trabalho.

Agradeço aos professores xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx por participarem da banca de defesa desta monografia e pelas contribuições e críticas direcionadas à mesma.

Agradeço aos meus pais pelos ensinamentos e incentivos ao estudo e busca pelo conhecimento.

Agradeço aos amigos que conheci e convivi durante minha permanência no curso, em especial ao colega Eduardo Trindade pelo amplo e constante apoio na construção deste trabalho

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise relacionada aos governos Lula 1 e Lula 2, observando as propostas de campanha e as ações realizadas, e tem como objetivo avaliar os efeitos das decisões no período de governo, bem como realizar uma avaliação econômica das principais consequências, com base nas análises de economistas sobre o período decorrido.

O primeiro mandato se caracterizou por uma continuação de algumas políticas econômicas já implementadas no governo anterior, com objetivo de dar continuidade no crescimento econômico registrado, porém mostrando já uma intenção de gerar um desenvolvimento socioeconômico através do estado como protagonista financiador, agindo de maneira estratégica e em setores chaves principalmente da indústria, áreas de infraestrutura e comércio, usando a geração de emprego com motor propulsor do aumento da renda e diminuição da pobreza.

Já em seu segundo mandato, aproveitando o grande volume de exportação de *commodities* em um preço de venda elevado, Lula começa a promover reformas sociais e econômicas, com desenvolvimento de programas desenvolvimentistas como Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), bem como uma tentativa sem sucesso de desenvolvimento das mais diferentes regiões do Brasil.

Palavras-chave: governo lula; economia política; políticas de governo

## **ABSTRACT**

This work presents an analysis pertaining to the first eight years of President Luiz Inácio Lula da Silva's government. It observes the campaign proposals and actions implemented during this period, with the aim of evaluating the effects of government decisions and conducting an economic assessment of the main consequences. This evaluation is based on the analyses of economists throughout the elapsed period.

The first term of President Lula's government was characterized by a continuation of certain economic policies already initiated in the previous administration. The objective was to sustain the recorded economic growth while also aiming to generate socioeconomic development through state intervention as a prominent financier. The government strategically focused on key sectors such as industry, infrastructure, and trade, with an emphasis on job creation as a means to increase income and reduce poverty.

In his second term, President Luiz Inácio capitalized on the significant volume of commodity exports at high prices. He began implementing social and economic reforms, including the development of programs such as the Productive Development Policy (PDP) and the Acceleration Program of Growth (PAC). Additionally, there was an unsuccessful attempt to foster development in various regions of Brazil.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Evolução do Total de Empregados com Vínculo Formal de Emprego	24
FIGURA 2 – Evolução do Salário Mínimo Real	25
FIGURA 3 – Taxa de pobreza para a linha de PPC\$ 1,90/dia por pessoa – Brasil (2001-2020)	26
FIGURA 4 – Renda média per capita dos 20% mais pobres – Brasil (2001-2020)	26
FIGURA 5 – Pobreza no Brasil em % da População Total – 1995/2009	27
FIGURA 6 – Evolução da Renda Domiciliar Per Capita – 1995/2009	28
FIGURA 7 – Evolução dos Investimentos em Habitação	30
FIGURA 8 – Crédito ao Setor Privado / PIB – 1995-2009 Saldo em Final de Período	34
FIGURA 9 – Créditos Concedidos Pelos Setores Público e Privado – 1995/2010	35
FIGURA 10 – Evolução do crédito por controle de capital (1995-2010)	36
FIGURA 11 – Contribuição do crédito com recursos livres e direcionados ao crédito à pessoa jurídica acumulado no período desde 2002-2003 a 2010	37
FIGURA 12 – Brasil - Participação dos Bancos Públicos e Privados no Crédito Total 19	
FIGURA 13 – Dívida Líquida do Governo Geral e BC em % do PIB	40
FIGURA 14 – Dívida Líquida do Governo Central	42
FIGURA 15 – Mapa da Tipologia PNDR	44
FIGURA 16 – Crescimento Acumulado da Produção Industrial por Segmento de Intensidade Tecnológica	46
FIGURA 17 – Estrutura das Exportações Brasileiras (Totais) por Segmentos de Intensidade Tecnológica	47
FIGURA 18 – Estrutura das Exportações Brasileiras de Produtos Industriais por Segmentos de Intensidade Tecnológica	48
FIGURA 19 – Taxas de Desemprego(%)	51
FIGURA 20 – PIB Real (2002-2021)	52
FIGURA 21 – Desigualdade da Renda	53
FIGURA 22 – Evolução dos Desembolsos do BNDES 1995-2015 em (reais)	55
FIGURA 23 – Evolução da Dívida Pública (%PIB) - Brasil	58
FIGURA 24 – Participação da Dívida Externa e Interna	59

FIGURA 25 – Crescimento Acumulado das Exportações Industriais (em %)	62
--	----

#### LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Impacto Fiscal das Medidas de Desoneração Tributária – 2004-2006	31
TABELA 2 – PDP: Resumo das Principais Medidas – 2008-2010	38
TABELA 3 – Variação da dívida líquida do Governo Geral e Banco Central	41
TABELA 4 – Reajuste do Salário Mínimo – 2003/2010	43
TABELA 5 – Evolução da Taxa de juros Selic % ao ano 1995 a 2014	57
TABELA 6 – Participação da Dívida Externa e Interna	60

**SUMÁRIO**

<b>1.INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2.PROPOSTAS DE CAMPANHA</b>	<b>14</b>
PRIMEIRO GOVERNO	14
Segundo Governo	19
<b>3.AVALIAÇÃO COMPARATIVA DAS PROPOSTAS E DAS REALIZAÇÕES</b>	<b>23</b>
3.1PRIMEIRO GOVERNO	23
3.2SEGUNDO GOVERNO	38
<b>4.ANÁLISES</b>	<b>49</b>
<b>5.CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>63</b>
<b>6.REFERÊNCIAS</b>	<b>64</b>

## 1.INTRODUÇÃO

O político Luiz Inácio “Lula” da Silva, atualmente preside pela terceira vez o Brasil, tendo dois mandatos consecutivos (eleição e reeleição) de 2003 a 2010, após oitos anos de gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003). Em seu plano de governo do primeiro mandato, Lula e sua equipe, formada principalmente por Aloízio Mercadante, Jorge Bittar, Luiz Marinho, Maria da Conceição Tavares, Maria Victória Benevides (Ouvidora), Marina Silva, Marta Suplicy, Nelson Pelegrino, Patrus Ananias, Tarso Genro, entre vários outros nomes da política, teve como primeiro mote na introdução do governo - “*mudar o rumo do Brasil*”, mostrando discordar do cenário daquele momento do país, indicando uma tendência de governar de forma diferenciada.

As reformas empreendidas, durante os oito anos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) como presidente, seguiam nas linhas gerais àquelas preconizadas pelo chamado Consenso de Washington (TEIXEIRA PINTO, 2012), com ideias pró-mercado. Com aberturas comerciais e financeiras além das privatizações, esses fatores dificultaram o planejamento e o controle da economia por parte do Estado, e o resultado daquele modelo de gestão causou uma instabilidade macroeconômica, visto que a economia brasileira passava por abalos em decorrência das variações do mercado financeiro internacional.

As consequências nos anos subsequentes até a posse de Lula foram uma queda na formação bruta de capital implicitamente afetando o PIB, bem como um alto nível de desemprego, além de baixas taxas de crescimento. Em 1999, já no segundo mandato de FHC, o Brasil passou por uma crise e inclusive indica-se que esse fator tenha impactado de forma negativa a candidatura de José Serra, possível sucessor de FHC, ambos do mesmo partido (CANO, WILSON 2010).

Em 2003 Lula assume com 61,27% dos votos válidos no segundo turno, se tornando o primeiro candidato de esquerda a vencer uma eleição, segundo o site da UOL na época. O ex-metalúrgico vinha de duas derrotas consecutivas para Fernando Henrique em 1994 e em 1998, que teriam o mesmo motivo da derrota para Fernando Collor em 1989, o medo do “comunismo” (Singer, André 2009). Sendo assim, mesmo feita toda uma mobilização das camadas sociais mais vulneráveis contra o representante da esquerda na época, e após as derrotas consecutivas para Collor e Fernando Henrique, Lula volta em 2002 com discurso

menos radical, a fim de conquistar o voto dessas camadas, alinhando-se também com partidos de centro-direita e tendo como vice um candidato do meio empresarial. Essa coalizão também é citada no artigo “President Lula at the first third of his term”, de Fernando Cardim de Carvalho e Fernando Ferrari Filho (2022).

A base do regime de política macroeconômica do governo FHC, que continha o sistema de metas de inflação, superávits primários e câmbio flutuante, foi mantida por Luiz Inácio. No âmbito da política fiscal, o governo Lula, notadamente no 1º mandato, manteve todo o esforço do governo do antecessor com o crescimento sustentável, passando pelo ajuste definitivo das contas públicas, tomando assim medidas destinadas à geração de superávits primários suficientes para reduzir a relação dívida/PIB. Tal reducionismo da política fiscal – que implicitamente significa preservação da riqueza financeira – limitou a capacidade do Estado em ampliar os investimentos públicos (TEIXEIRA PINTO, 2012).

Em seu segundo governo, verificou-se certa flexibilização da política econômica por meio da adoção de medidas voltadas à ampliação do crédito ao consumidor e ao mutuário, do aumento real no salário-mínimo, da adoção de programas de transferência de renda direta, da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da ampliação da atuação do BNDES para estimular o investimento público e privado e das medidas anticíclicas de combate à crise internacional a partir de 2009.

Os autores ainda falam da forte influência ortodoxa devido ao constante “estado de emergência econômica”, quando a ortodoxia que ia contra os interesses dos grupos sociais defendidos pelo Partido dos Trabalhadores era justificada pelas ameaças de volta da inflação, fuga de capital e crise cambial que circulavam a economia brasileira na época.

Entre os anos de 2003 e 2010, o Brasil passou o maior ciclo de crescimento dos seus últimos 30 anos, com o PIB registrando crescimento médio de 4,1% ao ano, quase o dobro do observado entre 1980 e 2002 (2,4% ao ano). As contas externas da economia brasileira no governo Lula apresentaram resultados muito positivos, expressos nos superávits do balanço de pagamentos entre 2003 e 2010. Isso permitiu ao governo saldar empréstimos com o FMI, diminuir o endividamento público externo e acumular reservas (TEIXEIRA PINTO, 2012).

Com esse resultado favorável, além do impulso ocorrido no Brasil devido ao contexto internacional de crescimento (até a crise de 2008), da alta liquidez dos

mercados financeiros, da alta do valor das commodities, juntamente com a queda dos preços de manufaturas, gerando fatores positivos para a balança comercial favorável, durante o governo Lula entre os anos de 2003 e 2006, os elevados superávits comerciais, superiores aos déficits estruturais da conta de serviços e renda, foram os principais responsáveis pela melhora das contas do governo.

Entre 2007 e 2010, os superávits na conta capital e financeira foram os maiores impulsionadores positivos. As taxas médias de crescimento do PIB nos dois governos Lula (3,5% entre 2003 e 2006; 4,6% entre 2007 e 2010) foram maiores do que as dos dois governos FHC (2,4% entre 1995 e 1998; 2,1% entre 1999 e 2002).

Tendo um breve contexto do Brasil de 2003, quando Lula tomou posse, e um resumo dos 8 anos seguintes, o objeto desta pesquisa é analisar os planos de governo de suas duas candidaturas, compará-los com as tomadas de decisões e resultados apresentados ao final de seus dois mandatos, analisando em um contexto macroeconômico o efeito governo de esquerda do país, uma vez que já em seu primeiro plano de governo, Lula e sua equipe mostraram o desejo de mudança do Brasil da época. Sendo também o atual presidente do Brasil com poucos meses de governo, passando ainda por transições, reacende-se o debate em relação a sua capacidade e forma de lidar com a economia brasileira.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

Lula atualmente preside pela terceira vez o Brasil, assumindo o país em um contexto, tanto interno como global, muito diferente de seus primeiros governos. Assim, entender e analisar suas promessas de campanhas dos governos anteriores e suas políticas adotadas, pode permitir uma avaliação histórica mais embasada, além de permitir projetar e entender os aspectos econômicos para os próximos anos.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

O objetivo deste trabalho é identificar e comparar as propostas dos dois primeiros mandatos do governo Lula, apresentadas durante as campanhas, com

suas políticas e decisões tomadas durante os períodos, a fim de analisar macroeconomicamente os resultados obtidos ao final dos mandatos.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- I - Analisar as propostas de campanha dos dois primeiros governos do presidente Lula, com foco nas políticas econômicas.
- II - Avaliar e comparar as políticas propostas com as adotadas, bem como as decisões econômicas que afetaram a macroeconomia da época.
- III - Analisar os principais resultados obtidos com as decisões, o contexto aos quais eles estiveram atrelados, correlacionando o que foi proposto com o que foi realizado ou não, sempre dentro de um âmbito ao qual os resultados e indicadores econômicos estão inseridos.
- IV - Observar comparativamente os resultados, avaliando possíveis cenários para o terceiro mandato do atual presidente.

### 1.3 METODOLOGIA

Como metodologia foi utilizada a revisão literária dos planos de governo propostos na época, no que diz respeito às propostas de campanha, e da avaliação e discussão de especialistas, em artigos e jornais com credibilidade da época no assunto, em relação às políticas adotadas e sobre os efeitos gerados a partir das decisões de governos.

## 2. PROPOSTAS DE CAMPANHA

Neste capítulo são expostos os principais pontos discutidos no plano de governo de 2002 e 2006, e os temas abordados são relacionados principalmente às políticas econômicas expostas, com objetivo de entender quais eram os objetivos iniciais de Lula, bem como a sua forma de enxergar o que já foi feito em governos anteriores e, como ele e sua equipe iriam propor melhorias no contexto socioeconômico da época.

### 2.1 PRIMEIRO GOVERNO

O plano de governo para as eleições de 2002 contemplava inúmeros aspectos, além dos econômicos, que não entram em análise neste momento, devido ao foco peculiar na parte econômica, proposta neste trabalho. Neste esforço é tratado não somente os planos para futuro em curto e médio prazo, mas a situação a qual o governo anterior entrega o país para o novo presidente, além das políticas as quais a proposta de governo se prontificou a mudar. Assim, um trecho que descreve a situação econômica do país possui o nome de “A Herança econômica” (MERCADANTE *et al.*, 2002) e é importante para entender a visão do candidato e de sua equipe na época.

Ao descrever o governo que se encerraria no primeiro dia de 2002, a equipe do candidato a presidente começou criticando as características neoliberais de Fernando Henrique Cardoso durante seu mandato e como isso teria afetado o crescimento do PIB brasileiro. Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme (DA SILVA, LULA 2002, p.1).

No que se refere aos investimentos, as críticas ao ex-presidente FHC se direcionaram para a condução e destinação dos investimentos. Para a equipe de Lula, esses investimentos foram feitos de forma especulativa, não financiando de fato as empresas e setores os quais eram planejados. Analisando os investimentos estrangeiros, esses tiveram como destino empresas que já existiam, não gerando um crescimento real expansivo da economia, assim como as privatizações

realizadas, que não ajudaram a dinamizar e dar maior complexidade e robustez na economia brasileira.

Em seguida, o plano volta a criticar a postura macroeconômica do antigo governo.

A abertura financeira restringiu fortemente a autonomia da política macroeconômica. A liberalização dos fluxos de capitais sujeitou a taxa de juros doméstica às regras de formação dos mercados financeiros globais. Essa forma de abertura dificultou a fixação da taxa de juros de curto prazo, que passou a se orientar pela variação do valor dos títulos da dívida externa pública brasileira. (MERCADANTE et al., 2002, p.26)

Ainda dentro da análise macroeconômica, os autores do plano econômico apontaram falhas na abertura comercial feita, argumentando que essa guinada neoliberal tornou o setor produtivo mais fraco do que era antes e, sendo assim, o coeficiente de importação se sobrepôs ao de exportação, diminuindo a participação brasileira no mercado internacional. Esse “congelamento” do setor de produção brasileiro freia a evolução econômica do país, e o faz estagnar em uma prateleira de apenas um exportador de *commodities*, ponto esse que também é destacado no documento, abordado em seguida.

*“O balanço geral do experimento neoliberal é, por tudo o que foi exposto, bastante negativo. Ao final desse período, o país tornou-se muito mais vulnerável e dependente do capital externo, com acentuada perda de autonomia na formulação e manejo de sua política econômica.” (MERCADANTE, 2010, p.117).*

De forma clara os autores do plano apontam que essa estagnação na evolução econômica como a principal causa do déficit na balança comercial, como é possível ver no trecho a seguir.

O Brasil é hoje, com poucas exceções, um importador de bens de elevado conteúdo tecnológico e um exportador de commodities largamente intensivas em recursos naturais; em alguns casos, intensivas em escala ou capital. Esta é a razão estrutural para os déficits setoriais na balança comercial. (MERCADANTE et al., 2002, p.27).

O plano de governo apresenta como sua intenção mudar este cenário fortalecendo o comércio nacional pelo aumento da produção, e assim competindo no mercado externo e aumentando expressivamente as exportações, gerando superávit.

Após apontar os pontos de discordância com o modelo econômico antecessor, os autores apresentaram o plano econômico para o governo Lula tendo como principal eixo o Desenvolvimento social, priorizando três aspectos principais:

- (a) o crescimento do emprego;
- (b) a geração e distribuição de renda;
- (c) a ampliação da infraestrutura social.

O aumento do desemprego e a precarização do emprego, a estagnação dos níveis de renda e a continuidade de sua má distribuição, o aumento da concentração da propriedade e o encarecimento dos serviços públicos essenciais caracterizam a situação de exclusão social produzida pelas políticas liberais que urge corrigir.” (MERCADANTE et al., 2002, p.30).

Começando pelo aumento de emprego, além de mostrar que este passa também pelo crescimento do PIB, os autores destacam a importância de fomentar o setor correto para que esse crescimento ocorra da melhor forma possível, perdurando ao longo do tempo. Sendo assim, as áreas escolhidas por eles seriam a construção civil e a prestação de serviço. Essa escolha ainda garante a criação de mais empregos do que o modelo focado no consumo privado, característica do governo anterior.

Uma ressalva importante feita no plano de governo é a manutenção do direito desses trabalhadores para que o crescimento seja baseado numa rotina de

trabalho humana e justa, uma vez que o fomento nos setores anteriores citados gera uma demanda de mão-de-obra que, sem legislações e regulamentações adequadas, pode ocasionar a precarização de empregos e além disso, manchar a política de crescimento, não cumprindo a função do estado de promover o bem-estar social dos indivíduos.

O segundo aspecto está relacionado com a geração e distribuição de renda. Neste ponto, os autores do plano têm como primeira medida as alterações na estrutura de tributação, utilizando fatores históricos que comprovam a necessidade de “modificações substantivas das parcelas dos salários, lucros e rendas financeiras no Produto por meio da tributação da renda e da riqueza.” (MERCADANTE *et al.*, 2002, p.30 e 31). Somado a este ponto, haveria um programa com enfoque no reajuste progressivo do poder de compra do salário-mínimo dos brasileiros.

O terceiro e último aspecto consiste no desenvolvimento social. Os autores do plano destacaram também a intenção de ampliar a oferta e melhorar a qualidade dos serviços públicos e infraestrutura, como transporte, saneamento, entre outros, e continuar assegurando acesso universal à educação, saúde, previdência e qualidade de vida. O conjunto dessas ofertas de bem-estar social resultam no final da cadeia em crescimento econômico como é possível observar na citação a seguir:

Sua maior implicação será o rápido crescimento do emprego e da renda, aumentando, portanto, a massa de rendimentos da economia. Com a sua melhor distribuição, haverá estímulo ao desenvolvimento de um amplo mercado de consumo de massas.” (MERCADANTE *et al.*, 2002, p.31)

No final do trecho do plano econômico dedicado ao desenvolvimento social como um pilar da retomada da economia, a equipe econômica entendeu que os empreendimentos pequenos e médios possuem um papel importante na estabilização de empregos e em uma manutenção na produção mediante cenários de crise ou recessão. Sendo assim, a equipe do candidato a presidente propôs ampliar serviços que apoiem o acesso à tecnologia de produção, marketing e financiamento, e também ao que foi chamado de “capilarização da rede bancária” (MERCADANTE *et al.*, 2002, p.31). Este ponto facilitaria o acesso ao investimento com menor burocracia e com taxas mais convidativas. E por fim, ainda houve um

movimento que mostra interesse em praticar a distribuição de uma renda mínima a nível nacional, muito similar, ao vigente na época, o bolsa-escola. Entretanto com uma entrega de benefícios maior e que diminuiria o quadro de desigualdade social.

Em um novo capítulo do plano, houve um trecho dedicado ao Fortalecimento da Economia Nacional, sendo tratado como segundo eixo, sendo o primeiro o desenvolvimento social anteriormente citado.

Além de um papel mais ativo na consecução dos objetivos relativos à distribuição de renda, e do apoio às cooperativas de crédito e de trabalho, às pequenas e médias empresas, o Estado deverá desempenhar um papel estratégico nas atividades de infraestrutura, financiamento e ciência e tecnologia, que são fundamentais para aumentar a eficiência de qualquer sistema econômico. O Estado também tem responsabilidade central na articulação de políticas que aumentem a capacidade competitiva e as exportações do País. (MERCADANTE *et al.*, 2002, p.32).

Com objetivo de ampliar a autonomia e a força da economia brasileira, a equipe econômica sugeriu a implantação de políticas ativas separadas em três segmentos: Capacitação tecnológica das empresas nacionais, privadas e públicas; Reconstrução da infraestrutura econômica do País, e Ampliação das fontes de financiamento internas como meio de superar a recorrente dependência de recursos externos.

O primeiro segmento teve foco no “adensamento das cadeias produtivas e o desenvolvimento tecnológico das empresas” (MERCADANTE *et al.*, 2002, p.32), sendo implementada por cadeias setoriais integradas, compreendendo todos os estágios da produção (matéria-prima até a comercialização, passando por setores de manufaturas). Atividades fora dessa cadeia produtiva como logística, marketing, serviços, seriam consideradas dentro a construção da estratégia rumo ao desenvolvimento.

Já no segundo segmento, a equipe de governo apontou os erros do governo anterior em sucatear a infraestrutura econômica do país, citando exemplo da crise energética vivida na época. Como solução os autores entendem haver uma necessidade de uma parceria com o setor privado, realizando investimentos nessas

áreas com defasagem como transporte, e que sem esse suporte se tornaram, segundo eles, um obstáculo para o desenvolvimento da economia nacional.

Como terceiro e último segmento estaria a capacidade do Brasil de financiar seu desenvolvimento que, para os autores do plano, teria sido diminuída no governo anterior. Teria ocorrido um destaque para instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste (BNB) e o Banco da Amazônia (BASA) que, segundo os autores, seriam instituições presentes em países capitalistas avançados e possuiriam a função de financiar atividades de maior risco ou de retorno a longo prazo, como por exemplo: agricultura, inovação tecnológica, pequenas e médias empresas, comércio exterior, infraestrutura.

Ainda dentro do terceiro segmento, a equipe econômica demonstrou um interesse em trazer o setor bancário privado para financiar atividades produtivas com medidas a fim de baratear o crédito. Houve também por parte dos governistas um desejo de tratar com maior importância a poupança doméstica de longo prazo, juntamente com uma maior formalização já exposta anteriormente, que ampliaria os recursos desses fundos e permitiria impulsionar o financiamento de longo prazo.

O Brasil tem uma experiência significativa e de relativo sucesso com os fundos de poupança compulsória (FGTS, PIS-Pasep e FAT), que constituíram e constituem a única base de financiamento de longo prazo da economia nacional. (MERCADANTE et al., 2002, p.33)

## 2.2 SEGUNDO GOVERNO

Neste período, tentando estender seu governo por mais quatro anos, a equipe econômica decidiu começar o plano de reeleição trazendo os resultados positivos do seu primeiro governo, juntamente com o objetivo principal da sua reeleição: Desenvolver o Brasil de forma sustentável economicamente e socialmente, com expansão da produção e controle da inflação. Com este objetivo, os nomes presentes na autoria do plano de governo mudaram, e foram eles: Marco Aurélio Garcia (coordenador); Dilermando Toni; Glauber Piva; Juarez Guimarães; Miriam Belchior; Renato Rabello e Valter Pomar.

Estruturalmente, o país vivia as consequências de décadas de um crescimento concentrador de renda e de poder, constantemente mergulhado em crises inflacionárias ou de endividamento, incapaz de criar bases sólidas para financiar um desenvolvimento duradouro, que combinasse crescimento, democracia e bem-estar social (BELCHIOR *et al.*, 2006, p.05).

Inicialmente o plano mostrou a intenção de aprofundar o que o partido chamou de novo modelo de desenvolvimento, promovendo um crescimento com distribuição de renda e sustentabilidade ambiental. A ideia, segundo os autores do plano, foi continuar a reduzir as taxas de juros, ajudando a diminuir ainda mais a dívida pública, o que ampliaria o crédito destinado às empresas e trabalhadores. Além disso há destaque também para a construção de um mercado de bens de consumo de massa, elevação de investimentos públicos, privados, nacionais e estrangeiros que, para os governistas, daria impulso a todo esse desenvolvimento proposto, juntamente com iniciativas estatais por meio de empresas e do sistema financeiro público, bem como regulações que favoreceriam o investimento privado. O desenvolvimentismo regional também aparece no plano, principalmente para as regiões Norte e Nordeste do país, que segundo os autores são “historicamente postergadas” dando maior dinamismo a um desenvolvimento ao longo de todo território.

Políticas industriais, de inovação tecnológica e de estímulo às exportações, de incentivo às micro e pequenas empresas, levadas adiante pelo atual Governo, produzirão ganhos de escala, permitirão incremento da produtividade e aumentos do emprego e dos rendimentos das famílias assalariadas (Belchior *et al.*, 2006, p.10).

Os autores terminam a introdução do plano citando algumas outras áreas de interesse para o desenvolvimento como: infraestrutura logística e energética; ciência e tecnologia com objetivo de inovação no setor industrial, agrícola e serviços; desenvolvimento de micro e pequenas empresas, via incentivos jurídicos e fiscais; e destacando também o suporte garantido por bancos públicos.

Ainda com foco no desenvolvimento econômico, ressalta-se o programa “Brasil Produtivo”, contendo uma lista de itens que a equipe do governo entendeu

serem fundamentais para o desenvolvimento com distribuição de renda, estabilidade dos preços, redução da vulnerabilidade externa e mais investimentos. São eles: dar continuidade à recuperação do salário mínimo com aumentos acima da inflação e acentuar o crescimento de empregos formais; prosseguir o processo de redução da relação dívida pública/PIB; aprofundar a redução da taxa de juros, aproximando-a daquela praticada nos países em desenvolvimento; perseguir uma taxa de investimento acima dos 25%, para garantir um crescimento superior ao da época; prosseguir em programas seletivos de desoneração tributária, buscando fortalecer a expansão do sistema produtivo; ampliar a capacidade do sistema financeiro, expandir o crédito, promover o desenvolvimento e difusão de inovações financeiras; na parte relacionada a agricultura, ampliação de crédito para produção agropecuária, uma universalização ao crédito para agricultores familiares, e principalmente a reforma agrária. Indo para outro setor, nas políticas industriais, houve um grande enfoque nas áreas de inovação, com ênfase em biotecnologia e energias renováveis (setores citados anteriormente), na construção do Pólo Petroquímico e da Siderúrgica do Rio de Janeiro e principalmente na continuidade do apoio à reconstrução de setores industriais como a indústria naval, especialmente de plataformas e petroleiros. Olhando para o comércio exterior, há destaque com relação ao interesse de exportar mais produtos de valor agregado e combater a concorrência predatória de produtos estrangeiros em setores específicos, e por último promover um processo de “desdolarização” na América Latina.

Na divisão de Trabalho e Emprego, as propostas começam falando sobre a geração de empregos por meio do investimento público e incentivo de investimento privado, juntamente com uma recuperação do poder de compra do salário-mínimo, fomento aos micro empreendimentos, cooperativas, associação de pequenos produtores, entre outras formas de economia solidária.

Por último entra em foco o desenvolvimento regional com as seguintes propostas: prosseguir na implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, dinamizando as economias regionais, fortalecendo a base social e respeitando a diversidade regional; aprovar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, garantindo maior financiamento das políticas de desenvolvimento regional; continuar a implantação de obras de infraestrutura estratégicas para sustentar o desenvolvimento regional, como as obras nas rodovias BR-163 PA/MT, da BR-101 no Nordeste, da BR-116 e BR-324 na Bahia, da Ferrovia Transnordestina.

Em resumo, nesta segunda etapa do governo Lula, as ideias vindas ainda do primeiro governo sobre crescimento e desenvolvimento econômico alinhado com melhora de indicadores sociais, seguem sendo o norte do governo petista, sendo esse desenvolvimento assegurado por investimentos públicos, fomento da participação do setor privado e incentivos fiscais também.

### **3.AVALIAÇÃO COMPARATIVA DAS PROPOSTAS E DAS REALIZAÇÕES**

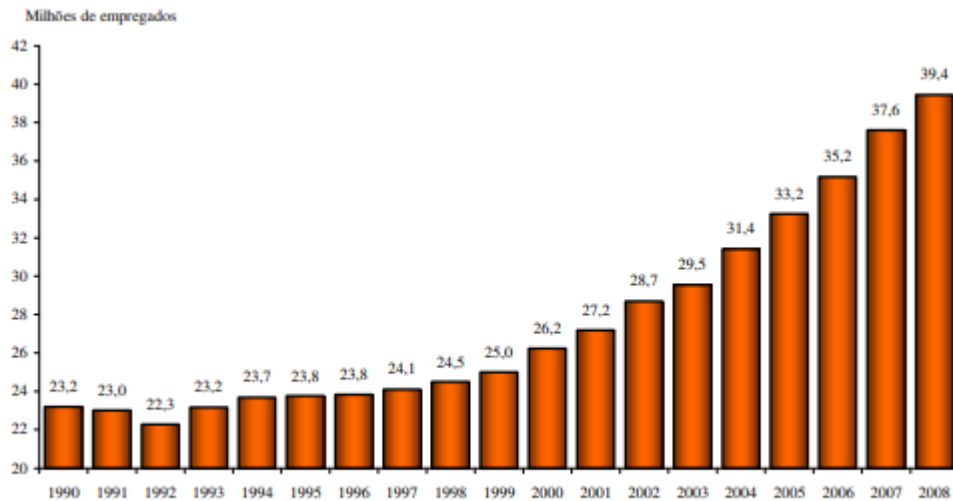
#### **3.1 PRIMEIRO GOVERNO**

Tendo registrado no capítulo anterior os principais objetivos do governo Lula em suas duas campanhas, este capítulo tem como objetivo relatar se os principais objetivos foram concluídos e em quais contextos a realização desses objetivos de campanha aconteceram.

O primeiro tópico para análise é o emprego. Nas promessas da sua primeira vitória na corrida presidencial em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva entendia que a geração de trabalho era um dos seus 3 principais pilares para melhorar a situação social econômica dos brasileiros, fazendo ressalvas que esta geração deveria ser promovida respeitando os direitos à vida e ao trabalho justo e digno.

Olhando para os dados obtidos do documento “As Bases do Novo Desenvolvimento no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)”, foram criados cerca de 7,7 milhões de novos postos de trabalho, aumento de 26% de trabalhadores com carteira assinada nas regiões metropolitanas. Tendo como medida os anos de 2003 a 2010, que compreendem o governo Lula, a criação de trabalhos formais chegou a 10,7 milhões. A seguir, a figura 1 indica a Evolução do Número total de Empregados com Vínculo Formal de Emprego.

Figura 1: Evolução do Número total de Empregados com Vínculo Formal de Emprego

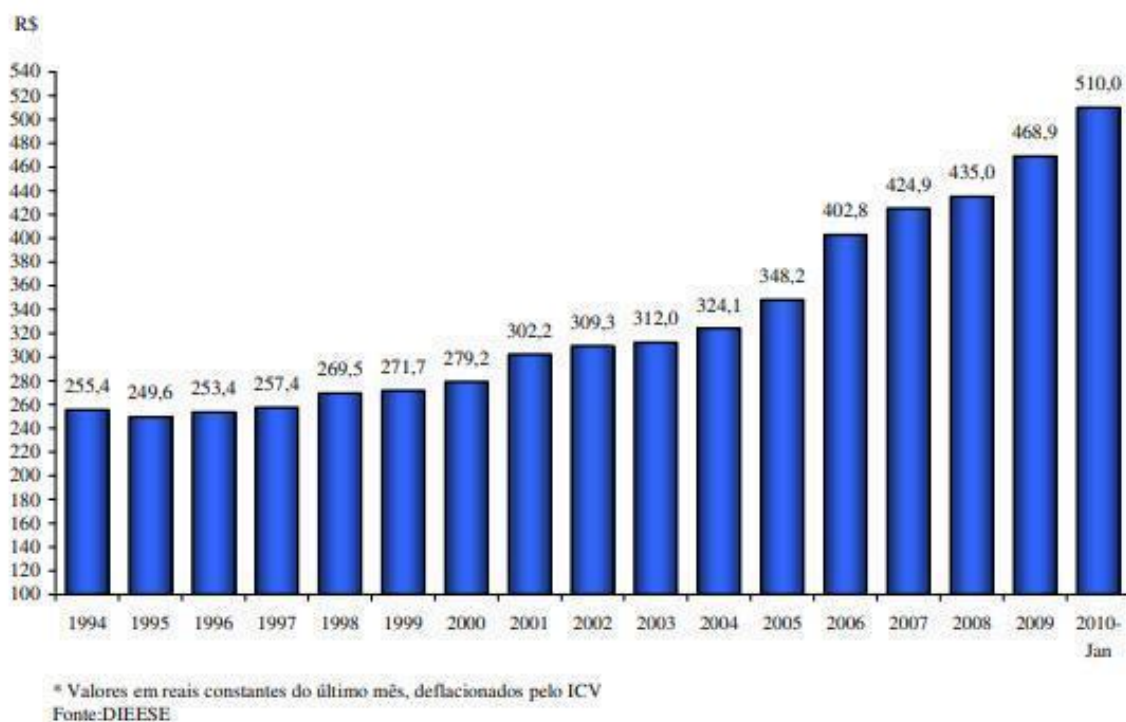


Fonte: RAIS / MTE

Fonte: Elaborado pelo autor, RAIS/MTE, (MERCADANTE, 2010)

Os dados têm sua origem na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que se refere ao estoque de trabalhadores do setor formal incluindo funcionários públicos estatutários e militares. De 2002 a 2008 o número sobe de 28,7 milhões para 39,4 milhões, um aumento de aproximadamente 37,3%. Ainda sobre aumento do trabalho mantendo a dignidade dos trabalhadores, houve ao mesmo tempo aumento do salário-mínimo real, como apresentado na figura 2.

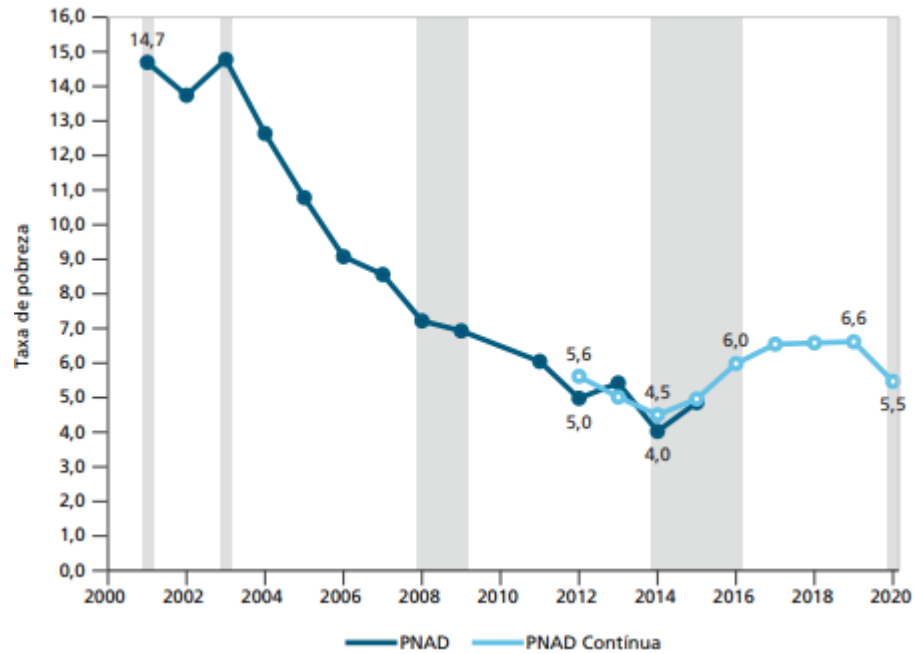
Figura 2: Evolução do Salário-Mínimo Real



Fonte: Elaborado pelo autor, DIEESE (MERCADANTE, 2010)

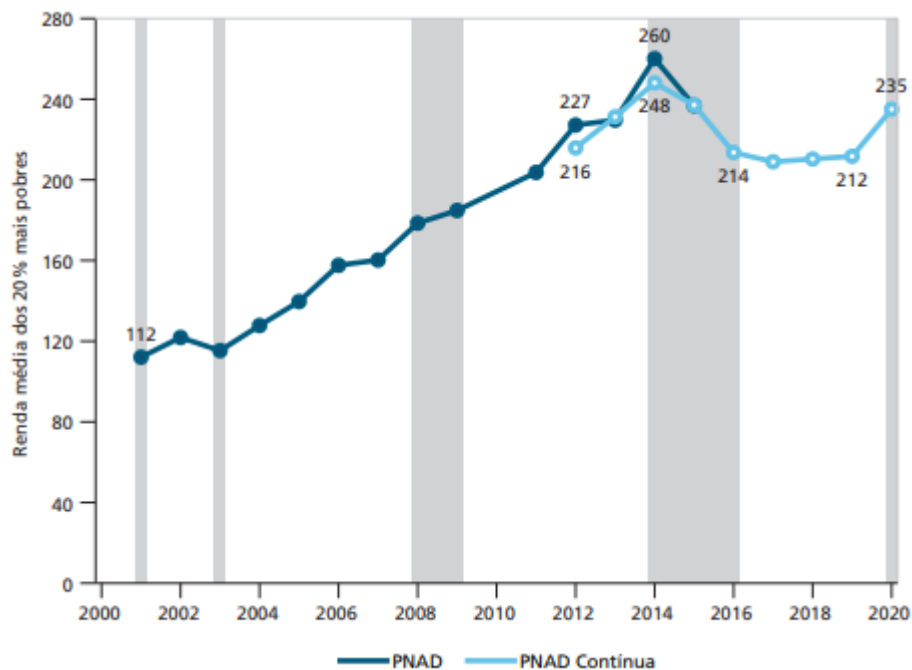
Olhando para o segundo pilar do plano econômico do primeiro governo, naturalmente a “geração de renda” está diretamente atrelada ao emprego, um tópico anteriormente analisado. Assim, são apresentados dados relacionados ao aumento de renda da população bem como a dados relacionados a sua distribuição, começando pelas linhas mais extremas de pobreza. Segundo dados do IBGE divulgados pelo IPEA em documento intitulado “A EVOLUÇÃO DA POBREZA MONETÁRIA NO BRASIL NO SÉCULO XXI”, em uma de suas primeiras páginas a análise é feita com a parcela da população com renda menor ou igual a R\$1,90/dia/pessoa, ou R\$157,00 mensais (valores cotados em Dezembro 2020), conforme as figuras 3 e 4, a seguir.

Figura 3: Taxa de pobreza para a linha de PPC\$ 1,90/dia por pessoa – Brasil (2001-2020)



Fonte:Elaborado pelo autor, PNAD (FERREIRA DE SOUZA, 2022)

Figura 4: Renda média per capita dos 20% mais pobres – Brasil (2001-2020)  
(Em R\$ de 2020)

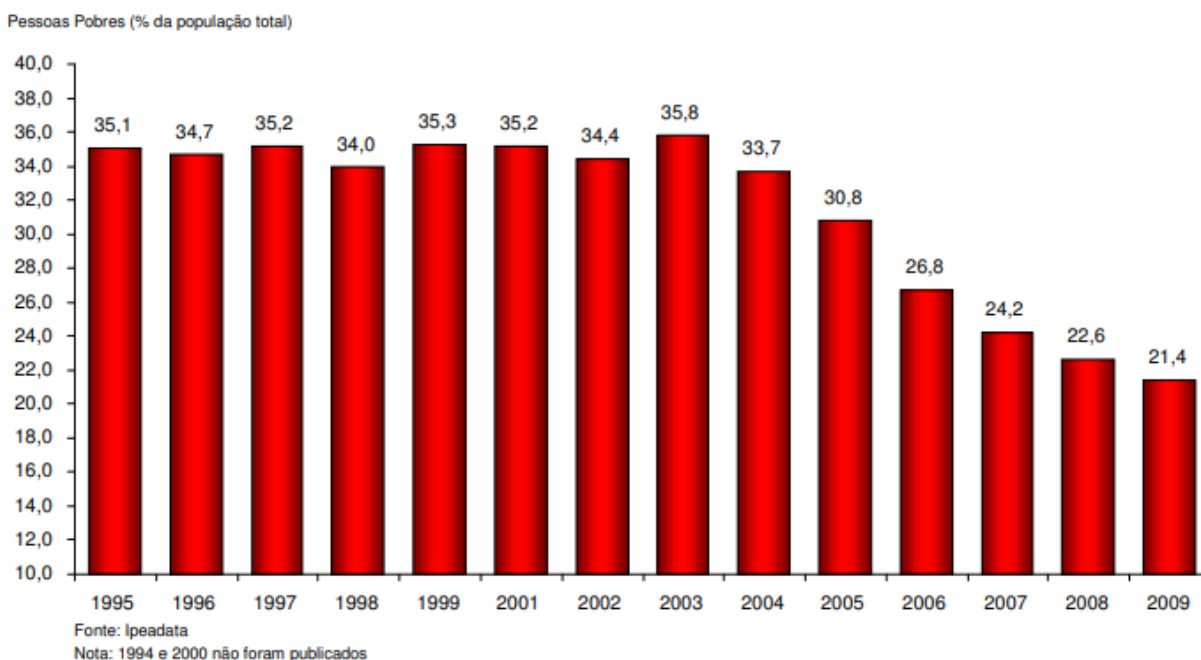


Fonte:Elaborado pelo autor, PNAD (FERREIRA DE SOUZA, 2022)

O gráfico da figura 3 mostra uma queda da porcentagem de brasileiros na linha da pobreza durante e depois do governo Lula, a fim de analisar apenas seus dois primeiros governos, a linha começa em 2003 próximo dos 15% de brasileiros abaixo desta linha, e desde então essa data caiu ano após ano até atingir um número próximo de 6,5% em 2010. Já o segundo gráfico, além de corroborar com o primeiro, mostra o crescimento da renda dessa parcela da população menos favorecida, saindo de aproximadamente 110 reais em 2002 para algo em torno de 180 reais em 2010.

Seguindo com a análise da pobreza no Brasil no início do século XXI, outro gráfico mostra a diminuição da pobreza neste mesmo período, ocorrendo de forma gradativa e consecutiva com o passar dos anos (figura 5).

Figura 5: Pobreza no Brasil em % da População Total – 1995/2009



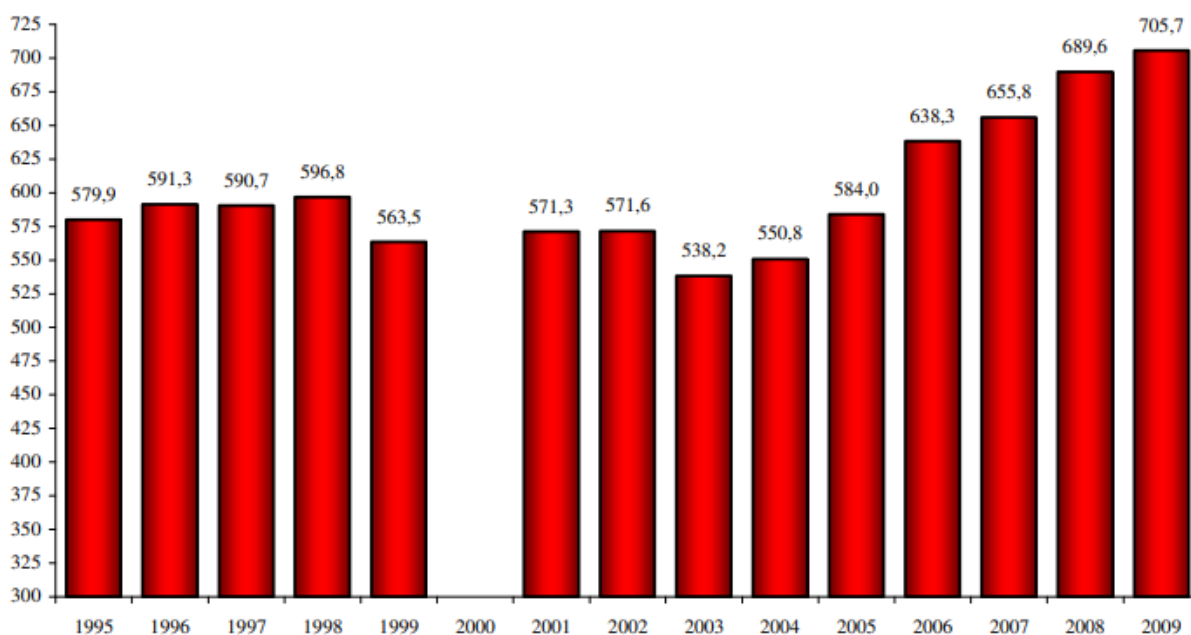
Fonte: Elaborado pelo autor, Ipeadata (MERCADANTE, 2010)

Nos anos seguintes governados pelo presidente Lula ocorreram seguidas quedas, registrando uma diferença de 14,4 milhões de pessoas pobres de 2003 a 2010.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo IBGE, e estudos realizados a partir dos dados por ela coletados, indicam que a trajetória de redução da pobreza foi ininterrupta e progressiva: depois de um aumento em 2003 (da ordem de 4,1%) [...]Ou seja, entre 2003 e 2009 foram retirados da pobreza cerca de 28 milhões de brasileiros. (MERCADANTE, 2010, p.167).

Olhando para os dados relacionados à renda domiciliar per capita, a mesma registrou quedas no início do primeiro governo. Porém a partir de 2005 registraram-se aumentos consecutivos até o final do segundo mandato, registrando um aumento real de 23,5%, como é possível observar na figura 6.

Figura 6: Evolução da Renda Domiciliar Per Capita – 1995/2009  
(Em R\$ de outubro de 2009)



Fonte: Ipeadata / PNAD

Nota: Em 1994 e em 2000 não foi realizado o PNAD

Fonte: Elaborado pelo autor, Ipeadata/PNAD (MERCADANTE, 2010)

Além de registrar um crescimento da renda domiciliar, destaca-se que camadas mais vulneráveis socioeconomicamente tiveram o maior crescimento.

Mais importante do que isso é o fato de que a renda per capita de todos os segmentos da população aumentou, mas foi a renda dos 50% mais pobres que teve um acréscimo maior, de 47,5%. Os estratos médios (40% seguintes da população) tiveram um aumento de 28,8%, acima, portanto, do crescimento da renda média, e os 10% mais ricos registraram um incremento de 12,3%. (MERCADANTE, 2010, p.168).

Ainda dentro da questão da distribuição de renda, os Benefícios de Prestação Continuada (BPC), que estão previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, tiveram um aumento de 467% de 2002 para 2009, chegando a 18,7 bilhões, juntamente com a expansão da Previdência Social, reajustando benefícios e expandindo a cobertura para pequenos empreendedores e cidadãos com baixa capacidade de contribuição (MERCADANTE, 2010, p.164).

A facilitação do crédito, apesar de não ser um dos principais “nortes” do plano, fazia parte da ideia de promover o desenvolvimento do Brasil, tendo como motor propulsor a facilitação do crédito. Então, de 2004 a 2008 foi registrado o acesso de 2,8 bilhões de reais para pequenos empreendedores que antigamente eram marginalizados, com destaque ao crédito consignado que reduziu o risco e diminuiu os *spreads*, sendo o principal atuante no crescimento do crédito pessoal.

Agregue-se a isso a forte expansão do investimento habitacional – que saltou de R\$ 7,9 bilhões, em 2003, para R\$ 69,9 bilhões, em 2009 – e a simultânea mudança de critério no financiamento da moradia, que passou a privilegiar as famílias com renda de até 3 salários-mínimos. (MERCADANTE, 2010, p.164).

Por último na análise dos três pilares do plano do primeiro governo Lula está a ampliação da infraestrutura social, sendo assim válido começar pela criação no primeiro dia de governo do Ministério das Cidades, que tinha objetivo de cuidar de 3 pontos principais: saneamento ambiental, moradia e transportes. No início o benefício esteve relacionado à retomada de obras paradas e aumento do orçamento destinado à habitação por parte do Orçamento Geral da União (OGU) (MERCADANTE, 2010, p.340).

A criação do Ministério das Cidades e o processo de formulação da PNDU, com participação social, tende a ser um forte impulso para incluir a questão urbana na agenda política brasileira. O Ministério das Cidades articula transversalmente a questão financeira e fundiária buscando definir políticas gerais e setoriais integradas – habitação, saneamento ambiental e transportes. (MARICATO, 2006, p.09).

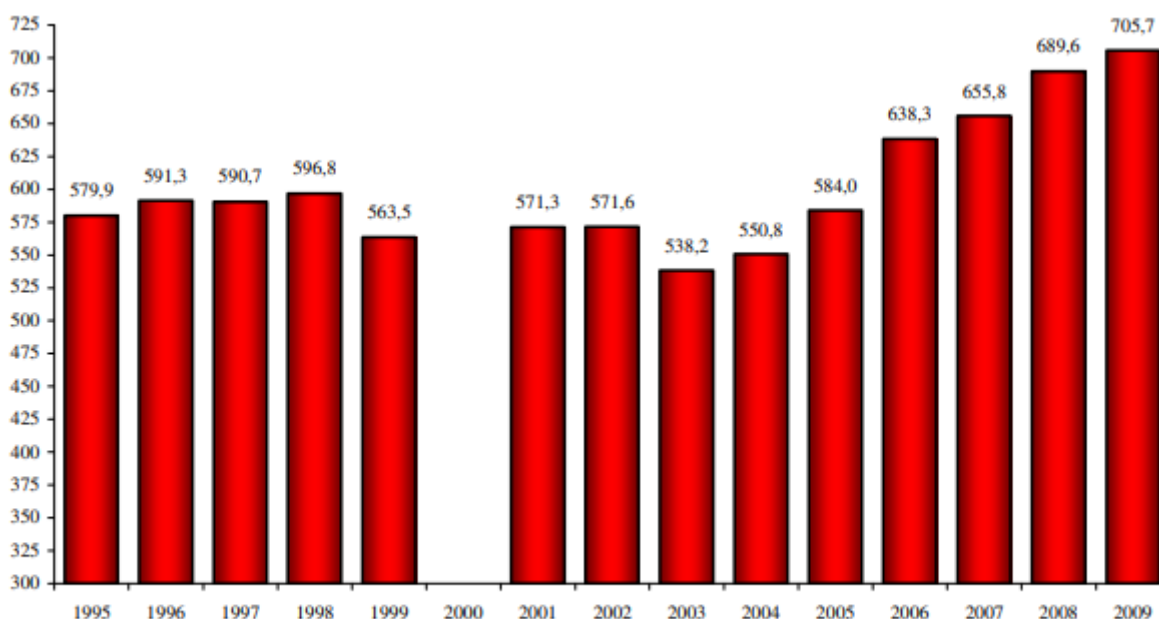
Outros órgãos tiveram força nesta mudança da infraestrutura social, como a retomada da Política Nacional de Habitação (PNH), com objetivo de planejar e garantir acesso à moradia digna à população.

A nova política introduziu o conceito de desenvolvimento urbano integrado, incorporando às ações de moradia o direito à infraestrutura, saneamento básico e mobilidade territorial. (MERCADANTE, 2010, p.340).

A criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) também merece destaque neste assunto, com objetivo de promover a condição de moradia para população de baixa renda. Sendo criado pela Lei Federal nº 11.124 de 16 de junho de 2005, o sistema possui integração com bancos como a Caixa Federal, órgãos federais, estaduais e municipais relacionados à habitação e urbanização. A figura 7 apresenta a evolução ao longo do tempo dos investimentos por habitação.

O SNHIS centralizou os programas e projetos financiados pelo Fundo, pelo Orçamento Geral da União e pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), destinados à habitação de interesse social. Integram o Sistema os órgãos públicos e entidades privadas que atuam no setor habitacional e os agentes financeiros autorizados pelo CMN. No final de 2009, o SNHIS já contava com a adesão de todos os estados e mais de 90% dos municípios. (MERCADANTE, 2010, p.341).

Figura 7: Evolução dos Investimentos em Habitação  
(em R\$ Bilhões)



Fonte: Ipeadata / PNAD

Nota: Em 1994 e em 2000 não foi realizado o PNAD

Fonte: Elaborado pelo autor, Ipeadata/PNAD (MERCADANTE, 2010)

Após analisar como foi o cumprimento das promessas dos três principais objetivos do governo, existiam outros pontos que também nutriam o plano econômico do governo. O principal deles era evoluir a capacidade tecnológica das empresas e indústrias nacionais tanto privadas como públicas.

Primeiramente, observa-se a criação da PITCE (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior) criada em 2004, que tinha como objetivos: inovação e diferenciação de produto; inserção externa mais vinculada a produtos de maior valor agregado; desenvolvimento de grandes empresas/grupos nacionais e tecnologias que tendem a mudar o perfil da produção e dos produtos num futuro não muito longínquo (bio, nano, energias renováveis) (PITCE, Café com Debate, 2006, p.02). Neste documento se repetem palavras como “padrões de competitividade”, “incentivo” e “inovação”, mostrando que a política adotada queria mudar o patamar do setor secundário do Brasil. Para Mercadante, a PITCE continha ações de adequação do marco legal e regulatório, apoio através da instituição, incentivos fiscais, financiamento, processo de desburocratização de procedimentos, desenvolvimento de competências e articulações com o setor privado em cinco esferas: estruturação de um sistema nacional de inovação; expansão sustentada e

diversificação da base exportadora; ampliação e modernização da capacidade industrial; desenvolvimento e adensamento tecnológico da produção de bens intermediários e desenvolvimento de segmentos prioritários da produção intensivos em tecnologia – semicondutores, software, fármacos e medicamentos e bens de capital. (MERCADANTE, 2010).

O impacto fiscal do PITCE é apresentado na tabela 1.

No que se refere às empresas de menor porte, a PITCE apresentou um conjunto de instrumentos, entre eles: linhas de apoio à inovação da Finep e do BNDES, linhas de financiamento ao investimento do BNDES, linhas especiais para capital de giro do BNDES e da CEF, mudanças na legislação para MPEs e programas de apoio ao desenvolvimento organizacional e gerencial. Embora representem um avanço, tiveram pouco efeito prático nestes primeiros anos. (CANO E ANA LUCIA, 2010, p.10).

Tabela 1: Impacto Fiscal das Medidas de Desoneração Tributária – 2004-2006  
(R\$bilhões)

Discriminação	2004	2005	2006
Estímulo ao investimento produtivo	0,65	3,40	6,11
Corte de tributos para as famílias (imposto de renda)	0,50	2,30	4,03
Corte de tributos da cesta básica e incentivo à produção de alimentos	3,33	5,00	5,00
Estímulo à poupança de longo prazo	0,77	2,00	2,15
Estímulo à micro e pequena empresa	-	0,30	1,35
Incentivo à produção	-	0,10	0,60
Total	5,26	13,10	19,24

Fonte: Ministério da Fazenda. Extraído de: Salerno e Daher (2006, p. 35).

Fonte:Elaborado pelo autor, Ministério Da Fazenda (CANO E ANA LUCIA, 2010)

A criação do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), com objetivo de aumentar a participação da indústria nacional na cadeia produtiva do petróleo (MERCADANTE, 2010, p.256), também ocorreu com a criação pela Lei nº 5.353, de 24 de janeiro de 2005 do CNDI, que é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O programa teve o objetivo de subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento industrial, alinhadas com as políticas de comércio exterior e de ciência e tecnologia. No site do senado também é possível encontrar o registro da criação da ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento

Industrial), com objetivo principal de promover a execução de políticas de desenvolvimento industrial, especialmente as que contribuam para a geração de empregos, funcionando em aliança com as políticas governamentais de comércio exterior e de ciência e tecnologia. Ocorreu também a aprovação de leis como a 11.196 de 2005, conhecida como “Lei do Bem”, que criava dois programas de desoneração fiscal. O primeiro chamado Regime Especial de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP) e depois o Regime Especial de Tributação para Plataformas de Exportação de Serviços de Tecnologia (REPES), Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária. Esse Regime Aduaneiro Especial é o que permite a importação de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens com suspensão do pagamento dos tributos federais, com objetivo de acelerar e incentivar a modernização portuária. (LOCATELLI, 2009, p.27)

Por fim, no assunto relacionado a capacitação tecnológica e desenvolvimento industrial de empresas públicas e privadas, ocorreu a criação da INI (Iniciativa Nacional para Inovação), que tinha como objetivo a difusão de formas de apoio à inovação, assim como o Portal da Inovação criado pela ABDI, que em 2006 chegou a ter 400 instituições, 20 mil pesquisadores e 3 mil empresas, juntamente com ajuda do BNDES com linhas especiais de crédito e incentivo a estudos de tendências tecnológicas. (LOCATELLI, 2009, p.27).

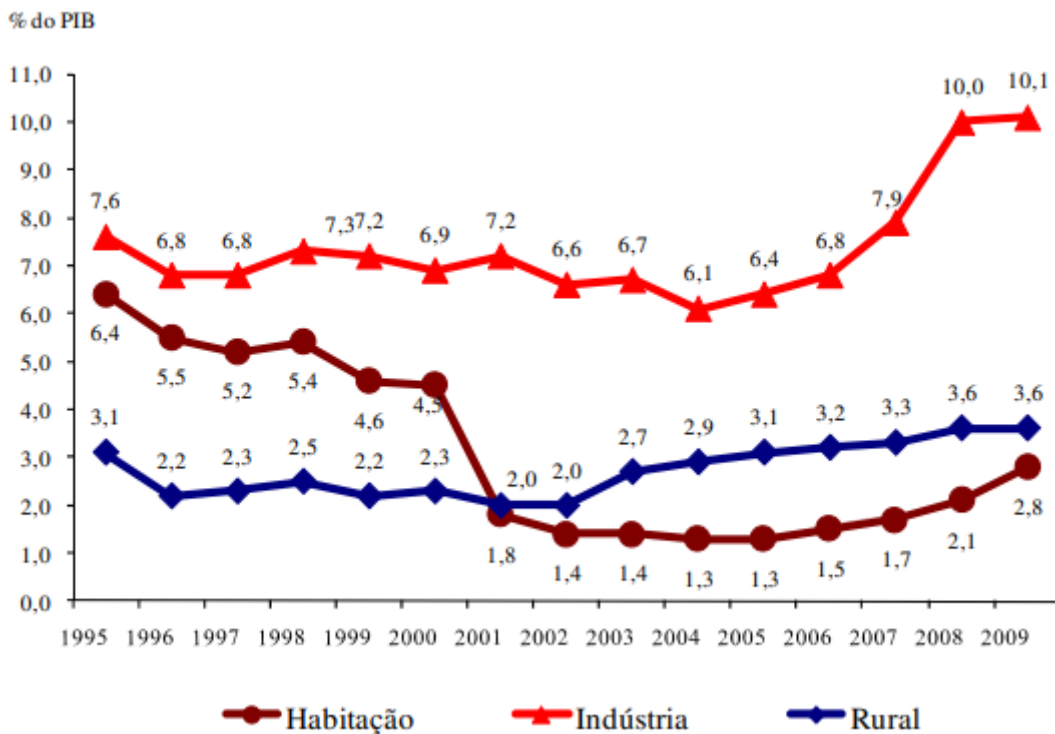
No plano do primeiro governo havia um destaque relacionado com o crescimento da infraestrutura econômica do país. No entanto, é possível notar que esse tema, mesmo sendo prometido no primeiro mandato, veio a ser realizado apenas após a reeleição, e é assunto trazido no tópico destinado ao segundo governo.

Chegando no último tópico relacionado às principais promessas de campanha está um item relacionado à fonte de financiamento interno do Brasil, que seria a capacidade de autofinanciamento do desenvolvimento da economia brasileira, dando robustez ao setor financeiro tanto público como privado. Inicialmente a política adotada por Lula e sua equipe econômica reverteu a contração de crédito, recompondo a estrutura de financiamento de produção, consumo e investimento. Essa mudança pode ser notada por três aspectos (MERCADANTE, 2010, p.202): a democratização do crédito; a expansão do crédito ao consumo e a revitalização do setor financeiro público. Salienta-se que essas

mudanças ocorriam ao mesmo tempo das mudanças sociais anteriormente citadas, como crescimento de emprego e políticas de redistribuição de renda. Já relacionados ao terceiro ponto está a revitalização do setor financeiro público que ficou marcada pela ampliação da abrangência e a diminuição do custo do crédito direcionado, tendo papel fundamental no financiamento de longo prazo dos investimentos (MERCADANTE, 2010, p.202). O crédito a empresas do setor privado também acabou registrando crescimento, porém em menor escala, comparado aos créditos de pessoas físicas (figura 8).

O crédito ao setor industrial, que havia oscilado pouco no passado e apresentava uma tendência declinante, expandiu-se significativamente a partir de 2006, atingindo, em agosto de 2010, a marca de 10,0% do PIB. (MERCADANTE, 2010, p.202).

Figura 8: Crédito ao Setor Privado / PIB – 1995-2009 Saldo em Final de Período

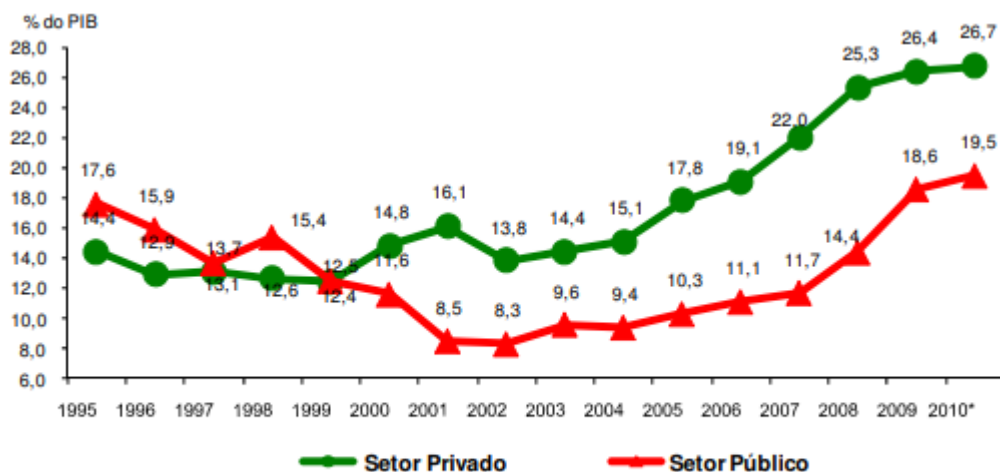


Fonte: Elaborado pelo autor, BCB (MERCADANTE, 2010)

Mercadante destaca novamente como o governo Lula contou com a participação do setor financeiro privado, porém mesmo assim ampliou a atuação dos bancos públicos e tornou o papel deles muito mais dinâmico e atuante nas políticas sociais que iriam promover o desenvolvimento do país (figura 9).

A participação do setor público no crédito, que havia sido reduzida à metade no período 1995/2002, expandiu-se em 80,7%, no sexênio 2003/08, proporção que se eleva a 125,3%, se incluirmos o ano de 2009, quando as instituições financeiras públicas praticamente sustentaram a oferta de crédito. (MERCADANTE, 2010, p.206).

Figura 9: Créditos Concedidos Pelos Setores Público e Privado – 1995/2010 (Saldo em Final de Período em % do PIB)



\* Dados de Agosto  
Fonte: BCB, 2010

Fonte: Elaborado pelo autor, BCB (MERCADANTE, 2010)

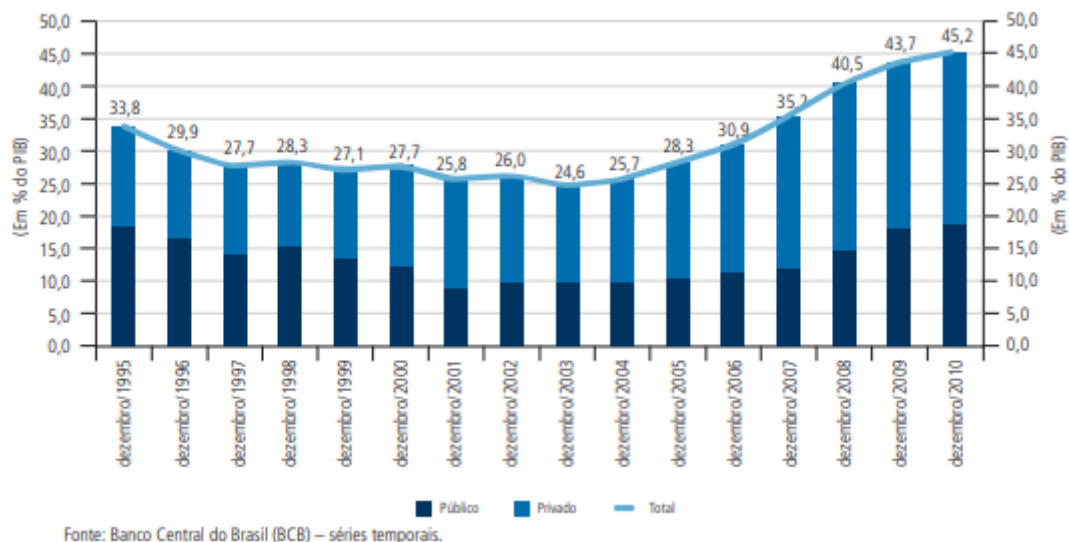
Observando-se ainda o ponto relacionado com a concessão de crédito, é possível dividir entre pessoas físicas e jurídicas. Lula optou pela expansão tanto do crédito como do mercado de atuação, e pode-se verificar como essa expansão e aumento da atuação refletiu na viabilização de crédito nas pessoas jurídicas e físicas. Começando com as pessoas físicas, segundo o documento do IPEA, escrito por Mônica Mora (2015), relacionado a evolução do crédito no Brasil, essa expansão do crédito ocorreu livremente sendo absorvida tanto por pessoas jurídicas e físicas, tendo esse último um crescimento muito mais intenso, sendo as pessoas físicas com 38% do total do crédito concedido com recursos livres em dezembro de 2003, chegando a 45% do total em dezembro de 2007. Outro dado que mostra esta evolução vindo do mesmo documento é o crédito à pessoa física saindo de 9 % do PIB, em dezembro de 2002, para 21 % do PIB em dezembro de 2010, o que levou a um aumento do peso desta categoria de 36% para 46%, no crédito total durante o governo Lula.

O aumento do crédito à pessoa física ocorreu primeiramente via crédito livre e precedeu o crédito concedido à pessoa jurídica. O gráfico da figura 10 mostra que este processo foi iniciado em 2004, sendo liderado pelo sistema financeiro privado.

A trajetória recente do crédito à pessoa física pode ser atribuída ao comportamento do crédito consignado, ao financiamento de veículos e, em menor medida, a outros (MORA, 2022, p.14).

Para a autora do estudo, as mudanças institucionais da época ajudaram na tomada de decisão do sistema financeiro nacional, nesta expansão de crédito com recursos livres a pessoas físicas.

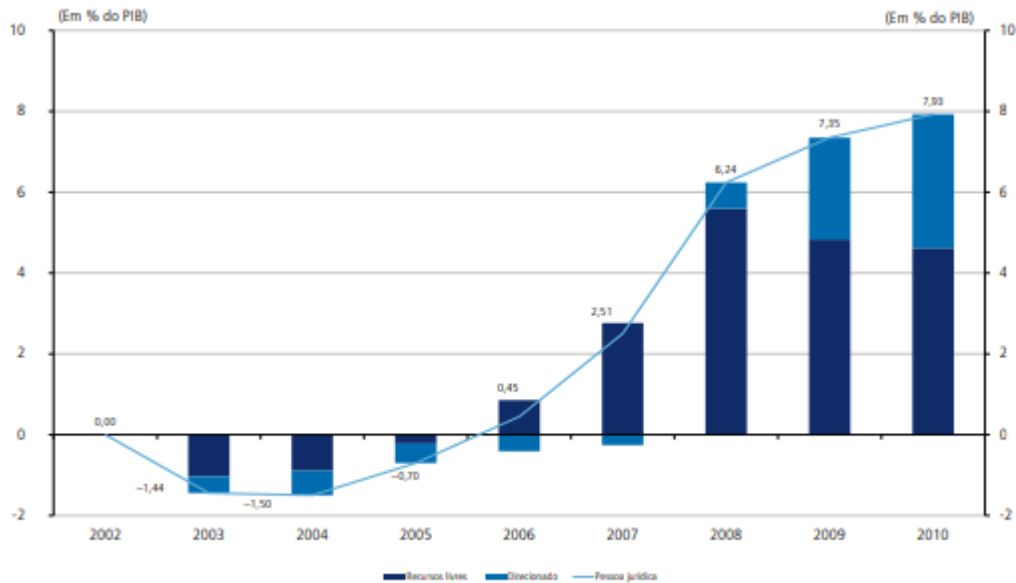
Figura 10: Evolução do crédito por controle de capital (1995-2010)



Fonte: Elaborado pelo autor, BCB (MORA, 2022)

Na parte de concessão de crédito para pessoas jurídicas, a autora do estudo do IPEA expõe que a chegada deste tipo de créditos ocorreu apenas em 2006, sendo a modalidade de recursos livres a mais utilizada de forma absoluta, como pode ser observado na figura 11.

Figura 11: Contribuição do crédito com recursos livres e direcionados ao crédito à pessoa jurídica acumulado no período desde 2002-2003 a 2010



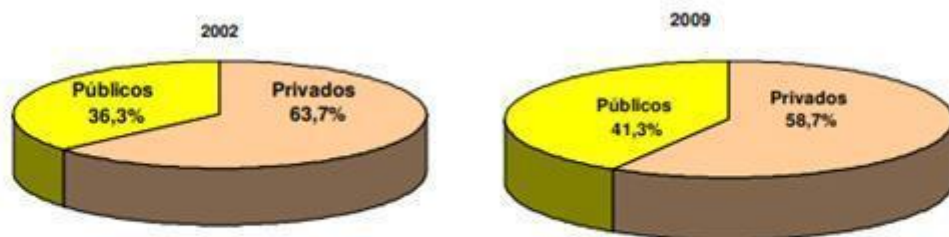
Fonte: BCB – séries temporais.

Fonte:Elaborado pelo autor, BCB (MORA, 2022)

Neste contexto de autofinanciamento, como um objetivo do primeiro governo Lula, é possível ver resultados refletindo em seu segundo governo (figura 12), a ser discutido no próximo item.

Como se mencionou anteriormente, no período outubro de 2008/dezembro de 2009, os bancos públicos contribuíram com 75% do crescimento total do crédito. O Banco do Brasil emprestou mais em 2009 do que todos os bancos privados em 2003, e somente o crédito direto do BNDES (carteira própria, sem incluir os repasses) respondeu por 10% do crédito total. (MERCADANTE, 2010, p.207).

Figura 12: Brasil - Participação dos Bancos Públicos e Privados no Crédito Total\*



\* inclui bancos privados nacionais e estrangeiros  
 Fonte: BCB

Fonte:Elaborado pelo autor, BCB (MERCADANTE, 2010)

### 3.2 SEGUNDO GOVERNO

Primeiramente, nos planos do segundo governo está o desenvolvimento do Brasil de forma sustentável tanto economicamente como socialmente, tendo como foco a expansão da produção. Neste tópico inicialmente vale destacar a implementação da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, com apoio em medidas (tributária/fiscal, financiamento, poder de compra por parte do governo, aprimoramento jurídico, regulação e apoio técnico) (Cano e Ana Lúcia, 2010), tendo como objetivo, segundo os autores, sustentar a longo prazo o ciclo desenvolvimentista de produção, propondo desoneração de setores estratégicos, gerando uma renúncia fiscal de R\$ 21,4 bilhões entre 2008 e 2010 (tabela 2).

Tabela 2: PDP: Resumo das Principais Medidas – 2008-2010 (R\$ milhões)

Tabela 2  
PDP: Resumo das Principais Medidas – 2008-2011 (R\$ milhões)

Discriminação	2008	2009	2010	2011	Total
Redução do prazo p/utilização dos créditos do PIS/Cofins em BK	2.200	3.774	-	-	5.974
Prorrogação da depreciação acelerada até 2010	-	1.000	2.000	-	3.000
Ampliar a abrangência do REPORTO	374	747	747	747	2.615
Ampliação do RECAP	350	700	700	700	2.450
Eliminação do IOF nas operações de crédito do BNDES e Finep	150	300	300	300	1.050
Redução a zero do IR incidente em despesas com prestação no exterior de serviços de logística de exportação	25	50	50	50	175
Redução a zero do IR incidente na promoção comercial no exterior de serviços prestados por empresas brasileiras	10	20	20	20	70
Depreciação acelerada para o setor automotivo	92	658	1.174	1.098	3.022
Depreciação acelerada para o setor de bens de capital	33	233	417	390	1.073
Dedução em dobro da base de cálculo do IRPJ e da CCLL das despesas c/capacitação de pessoal próprio das empresas de <i>software</i>	65	130	130	130	455
Suspensão da cobrança de IPI, PIS e Cofins sobre peças e materiais destinados à construção de navios novos p/estaleiros nacionais	50	100	100	100	350
Ampliação do prazo de recolhimento do IPI pelo setor automotivo	200	-	-	-	200
Reativação do Programa Revitaliza	76	215	340	370	1.001
<b>Total</b>	<b>3.625</b>	<b>7.927</b>	<b>5.978</b>	<b>3.905</b>	<b>21.435</b>

REPORTO – Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária

RECAP – Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras

Fonte: PDP – Apresentação do Ministro da Fazenda, maio 2008.

Fonte: Elaborado pelo autor, Ministério Da Fazenda (CANO E ANA LUCIA, 2010)

A estratégia dividia a estrutura industrial a ser desenvolvida em três grupos: **Programas para consolidar e expandir** a liderança que eram setores onde a indústria brasileira já tinha grande força (aeronáutico; petróleo, gás e petroquímica; bioetanol; mineração; celulose e papel; siderurgia; e carnes), **Programas para fortalecer a competitividade** (complexo automotivo; bens de capital; indústria naval e cabotagem; têxtil e confecções; couro, calçados e artefatos; madeira e móveis; agroindústrias; construção civil; complexo de serviços; higiene, perfumaria e cosméticos; e plásticos) e por último **Programas mobilizadores em áreas estratégicas** (complexo industrial da saúde; tecnologias de informação e comunicação; energia nuclear; nanotecnologia; biotecnologia; e complexo industrial de defesa) (Cano e Ana Lúcia, 2010).

Em relação ao controle da inflação, é possível notar que durante o segundo governo, a inflação ficou dentro do intervalo de tolerância. O segundo grande objetivo para os governistas era o investimento e o desenvolvimento na área de infraestrutura logística e energética. Nesta área, além dos investimentos e subsídios citados no item anterior, existe uma contribuição dentro do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Até março de 2010, o BNDES já havia desembolsado para o PAC cerca de R\$70,0 bilhões. Incluindo os projetos em análise e em consulta, a carteira de financiamento atinge R\$123,2 bilhões, com investimentos da ordem de R\$216,0 bilhões, envolvendo 323 projetos nas áreas de infraestrutura energética e logística, infraestrutura social e urbana e administração pública. Os projetos previstos somam outros R\$62,0 bilhões, com investimentos de R\$84 bilhões, ou seja, o BNDES estaria apoiando um programa de R\$300,0 bilhões de investimentos nessas áreas, nos próximos quatro anos. (MERCADANTE, 2010, p.211)

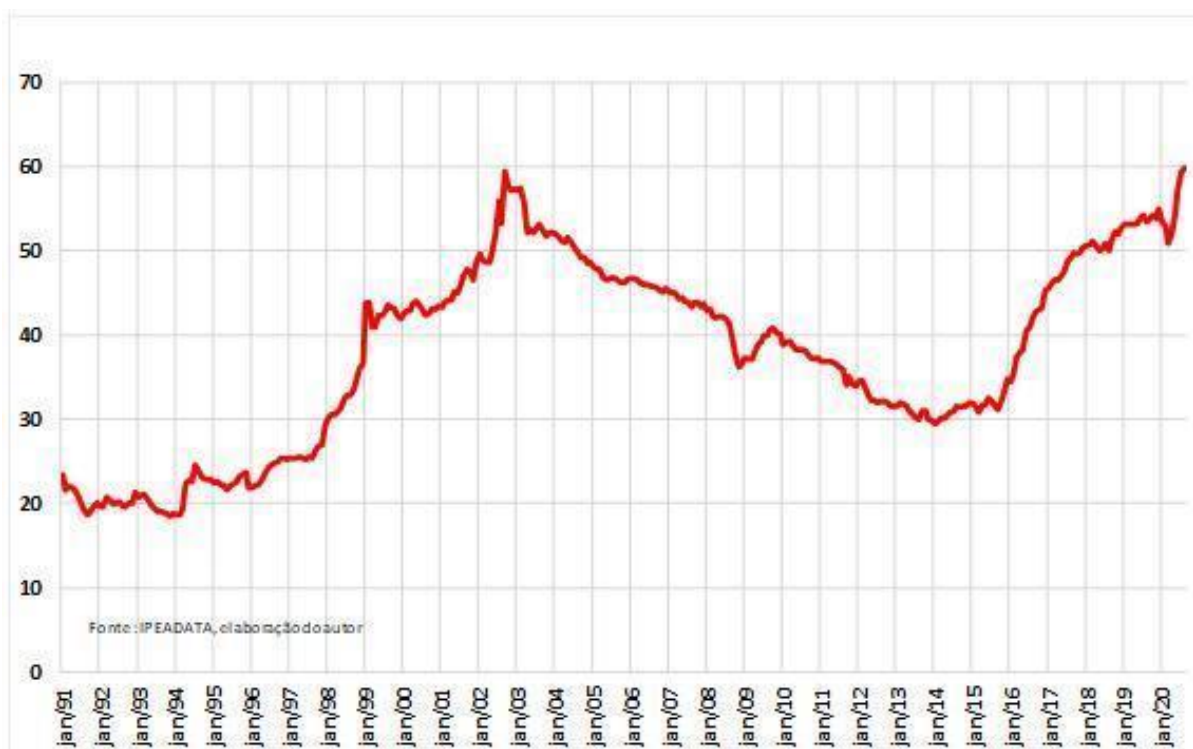
Esses investimentos e a execução dos projetos acabaram gerando 2,8 milhões de empregos diretos e indiretos (MERCADANTE, 2010, p.211). O BNDES foi o principal atuante do ponto de vista da injeção de investimentos, tanto na redução dos *spreads* quanto nas taxas de intermediação financeira.

A terceira promessa para o decorrer do segundo governo Lula era a redução da relação dívida pública/PIB. Nelson Barbosa (Professor Titular da EESP/FGV, Professor Adjunto da UnB e Pesquisador do IBRE/FGV, ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento do Governo de Dilma Rousseff), expõe como é feito esse cálculo, seguindo uma metodologia adotada pelo FMI, excluindo as estatais financeiras

devido a sua autossuficiência, sobrando apenas o Governo geral e o Banco Central como instituições com peso macroeconômico no cálculo.(BARBOSA,2020)

Outro ponto destacado pelo autor foi ter a dívida líquida como mais importante indicador de solvência fiscal, pois se torna uma comparação mais justa e direta com os superávits primários. Explicando o sentido da afirmação anterior, quando se diz que a dívida líquida do governo é de 60%, isto significa que de hoje até o “infinito” (ou o fim do Brasil), o governo terá que produzir superávits primários com valor presente igual a 60% do PIB”. A seguir, retirado do mesmo texto, segue um gráfico mostrando a série histórica da relação da dívida líquida/PIB ao longo dos anos (figura 13).

Figura 13: Dívida Líquida do Governo Geral e BC em % do PIB



Fonte:Elaborado pelo autor, Ipeadata (BARBOSA, 2020)

É possível notar uma queda desde o primeiro governo em 2003. No entanto, em 2006 após um sutil aumento, a proporção cai e sofre uma queda brusca em 2009. Outra imagem que ajuda a entender como foi a conduta de Lula a respeito deste quesito é a tabela 3 a seguir, que mostra as dívidas herdadas e deixadas por cada governo.

Tabela 3: Variação da dívida líquida do Governo Geral e Banco Central, em % do PIB, por mandato presidencial

Mandato	Dívida anterior		Var total	Meses de mandato	Var média por mês
	Herdada	Deixada			
FHC 1	22,9	36,6	13,6	48	0,28
FHC 2	36,6	57,4	20,8	48	0,43
FHC total	22,9	57,4	34,4	96	0,36
Lula 1	57,4	45,6	-11,7	48	-0,24
Lula 2	45,6	37,4	-8,3	48	-0,17
Lula total	57,4	37,4	-20,0	96	-0,21
Dilma 1	37,4	31,9	-5,5	48	-0,11
Dilma 2 (até maio/16)	31,9	38,2	6,3	17	0,37
Dilma total	37,4	38,2	0,9	65	0,01
Temer (a partir de jun/16)	38,2	52,8	14,5	31	0,47
Bolsonaro ano 1	52,8	54,9	2,2	12	0,18
Bolsonaro ano 2 (até agosto)	54,9	59,8	4,9	10	0,49

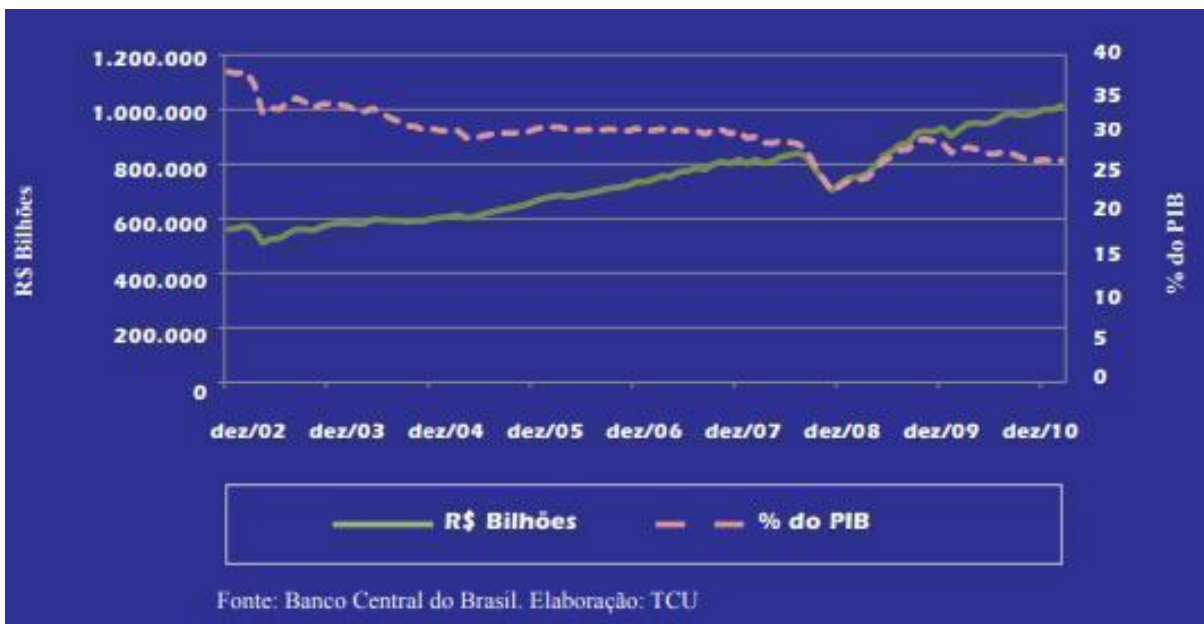
Fonte:Elaborado pelo autor, (BARBOSA, 2020)

Na tabela acima é possível notar que ao longo dos dois governos Lula, houve uma queda subsequente da dívida, apresentando até uma das maiores variações dentre os últimos presidentes.

Em outro documento retirado diretamente do site do Tribunal de Contas da União, o relatório mostra que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) aumentou, em 2010, R\$ 38,1 bilhões atingindo R\$ 2.011,5 bilhões, ou seja 55% do Produto Interno Bruto (PIB). No mesmo período, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), que considera a União exceto estatais federais, cresceu R\$113,1 bilhões, totalizando R\$1.475,8 bilhões, o que representa 40,35% do PIB, mostrando que houve um crescimento da dívida bruta sem crescer a dívida líquida. No documento acessado (TCU, s/d), a explicação sobre esta diferença consiste em acumulação de ativos e passivos decorrentes da atuação do Governo na capitalização da Petrobrás e de outras empresas estatais; emissões de títulos em favor de entidades gestoras de políticas públicas e programas oficiais de fomento; e custo de manutenção das reservas internacionais.

A seguir outro gráfico reiterado do link acima, que corrobora com a queda da relação dívida PIB exposta nos gráficos anteriores do artigo de Nelson Barbosa (figura 14). Mesmo com o crescimento da dívida, é possível notar a queda da relação dela com o PIB, ao final do governo Lula.

Figura 14: Dívida Líquida do Governo Central



Fonte: (TCU,s/d)

Outro ponto levantado pela equipe econômica foi a recuperação do salário-mínimo acima da inflação. Nos primeiros anos a política de reajuste, segundo Mercadante, era apenas resultado de pressões populares e fatores políticos e não uma política econômica planejada e definida. No dia 20 de abril de 2005 isso muda com a criação da Comissão Quadripartite por meio de um decreto, com objetivo de propor um programa de fortalecimento do salário-mínimo e analisar seus impactos no mercado de trabalho, na Previdência Social e nas políticas de assistência e desenvolvimento social nos três níveis de governo (MERCADANTE, 2010, p.358). Após negociação de Ministros, Centrais Sindicais e pela Comissão responsável, foi enviada proposta de correção do salário-mínimo de R\$ 350,00 no ano de 2006 e juntamente com um plano de tratar do assunto com uma política de valorização e planejamento a longo prazo. A seguir, a tabela 4 apresenta o histórico de reajustes por ano entre 2002 e 2010.

Tabela 4: Reajuste do Salário Mínimo – 2003/2010

Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
Abril de 2002	200,00			
Abril de 2003	240,00	20,00	18,54	1,23
Mai de 2004	260,00	8,33	7,06	1,19
Mai de 2005	300,00	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380,00	8,57	3,30	5,10
Março de 2008	415,00	9,21	4,98	4,03
Fevereiro de 2009	465,00	12,05	5,92	5,79
Janeiro de 2010	510,00	9,68	3,45	6,02
<b>Total período</b>	-	<b>155,00</b>	<b>65,93</b>	<b>53,67</b>

Fonte: DIEESE

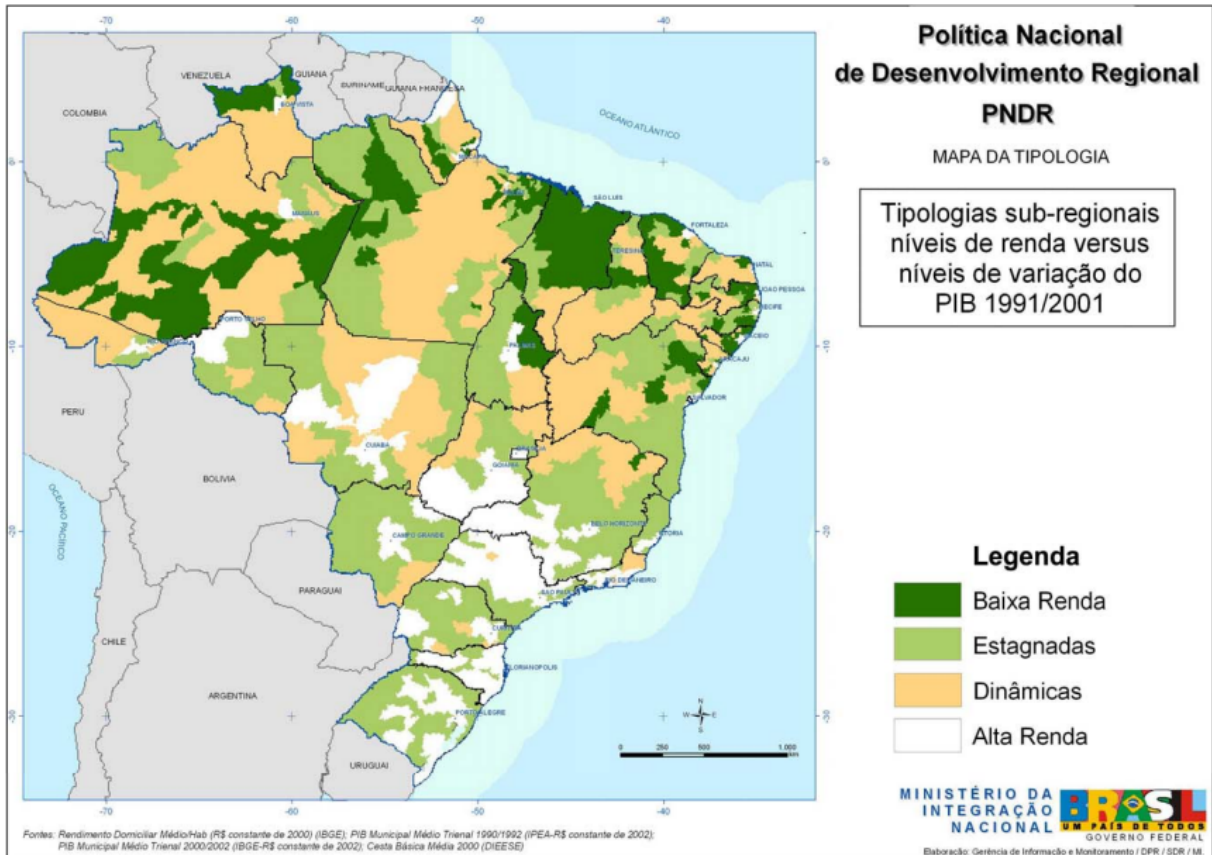
Fonte:Elaborado pelo autor, DIEESE (MERCADANTE, 2010)

É possível observar que em todos os anos ocorreu, mesmo que pequeno, um aumento real do salário como prometido, com foco no crescimento da média de aumento real após 2006.

Seguindo com a seleção de itens do plano de governo destacados está a implementação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Analisando-se o material do Ministério da Integração Nacional sobre o assunto, os objetivos consistiam basicamente em desenvolver as diversas regiões do território brasileiro entendendo o contexto de cada território e diminuir as desigualdades presentes, bem como explorar o potencial produtivo de cada uma dessas regiões.

Como principais elementos do diagnóstico estão os dados de: Densidade Demográfica, Grau de Urbanização, Escolaridade, Porcentagem de Rendimento por Habitante em relação à média brasileira e por último a Taxa Geométrica de Crescimento do PIB. Os instrumentos utilizados para realização deste plano seriam: Fundos Constitucionais de Financiamento – FNE, FNO e FCO e Fundos Fiscais –FDNE e FDA; Planos Regionais de Desenvolvimento nas escalas macrorregional e sub-regional; Superintendências Regionais de Desenvolvimento – SUDENE, SUDAM e SUDECO; Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional – FNDR e Câmara de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. A figura 15 a seguir ilustra a relação renda/PIB das regiões brasileiras.

Figura 15: Mapa da Tipologia PNDR



Fonte: SANDRO, 2014)

Para Sandro Pereira da Silva, em artigo publicado no IPEA:

Alguns entraves operacionais foram identificados na condução da PNDR durante o período analisado. O principal deles refere-se à própria fragilidade dos instrumentos de cooperação e coordenação entre as unidades subnacionais. (Sandro, 2014, p.23).

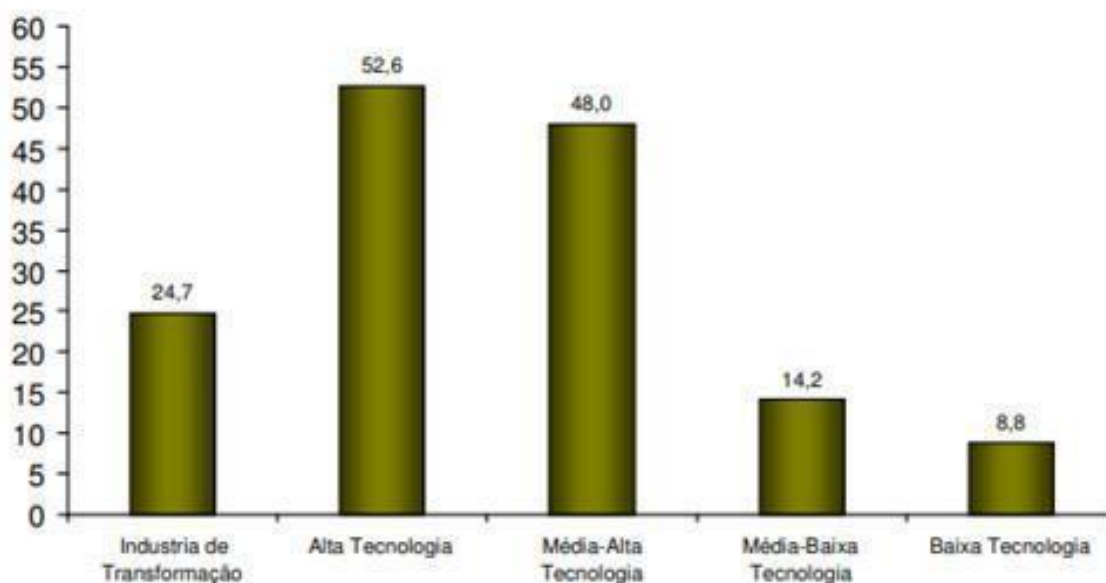
Sandro ainda destaca que ocorreram entraves nos financiamentos e uma desproporção dos problemas enfrentados pelas regiões. Os aportes financeiros recebidos, a forma vulnerável e pouco efetiva da cooperação entre estados e municípios acabou gerando conflitos e tornando o andamento do projeto muito mais lento, diminuindo sua eficiência. Para Vitarque Lucas Paes Coelho, Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas, devido à alta capilaridade do projeto bem como sua complexidade, juntamente com a necessidade de trabalho de setores diferentes de um governo de coalizão, ocorreu uma preferência por tomadas de decisões voltadas a interesses pessoais e regionais

dos políticos que não necessariamente atendem à demanda real da região em relação aos objetivos do PNDR.

Com a leniência da Presidência da República, subsiste uma política de não interferência nas pastas ocupadas pelos partidos da coalizão, cujas agendas voltam-se para projetos políticos pessoais, regionalistas e setoriais. A gestão da complexa e heterogênea coalizão partidária em nome da governabilidade compromete a coordenação de políticas públicas intersetoriais, tais como a PNDR.(VITARQUE, 2015, p.18).

Por último está o tópico relacionado a exportação de produtos de valor agregado. Em seu artigo “O Brasil de Lula”, Pery Anderson pontua um aumento da dependência das commodities, com os produtos manufaturados perdendo sua participação nas exportações de 55% para 44%, visto que a grande demanda da China por soja e ferro entre outros bens naturais. Para (MERCADANTE, 2010), no período 2003 – 2008, os setores com Alta e Média-Alta intensidade tecnológica foram os que mais cresceram (figura 16).

Figura 16: Crescimento Acumulado da Produção Industrial por Segmento de Intensidade Tecnológica



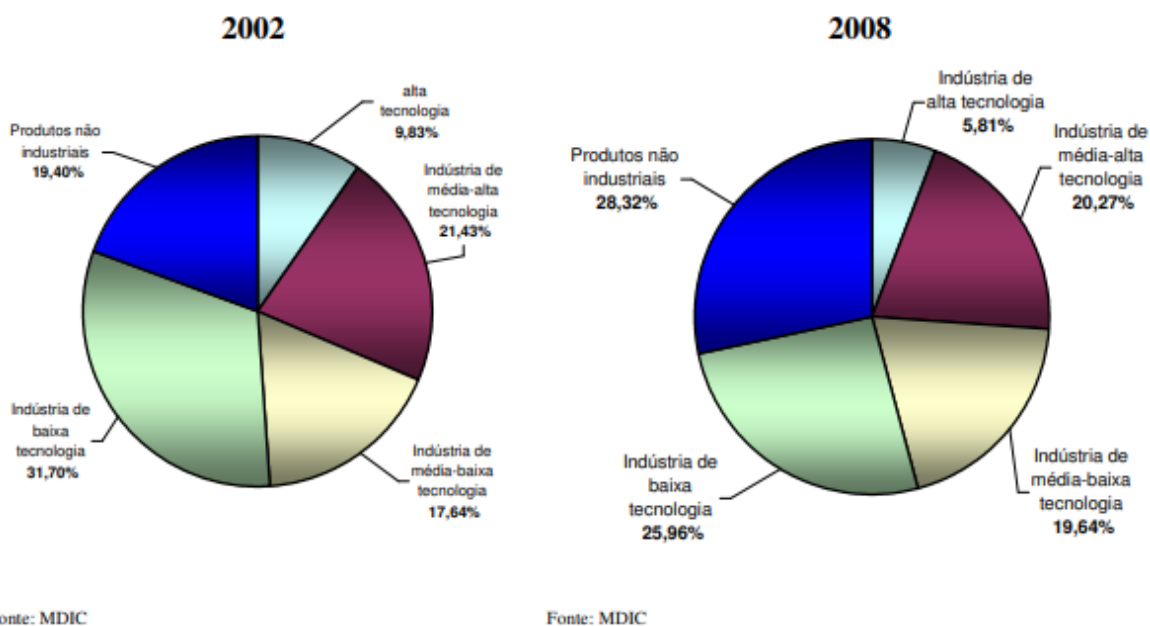
Fonte:Elaborado pelo autor, MDIC / IEDI (MERCADANTE, 2010)

O gráfico acima mostra que a variação dos setores, no caso dos Média-Baixa e Baixa intensidade, é atribuída à valorização do real como um fator que faz os compradores preferirem os produtos chineses. O autor ainda completa: “As

exportações industriais, definidas de acordo com a classificação da OCDE, tiveram um forte impulso durante o governo Lula, passando de US\$48,7 bilhões, no ano base (2002), para R\$141,9 bilhões, em 2008. O crescimento acumulado nesse período foi da ordem de 191,6%” (MERCADANTE, 2010). Por outro lado, houve um aumento extraordinário (379%) das exportações de produtos não industriais, de acordo (classificação da OCDE) com o que o conteúdo tecnológico do total das exportações.

Os produtos não industriais, que em 2002 representavam 19,4% das exportações, responderam por 28,3% do total exportado, em 2008. Em consequência, embora o valor das exportações de alta e média-alta intensidade tecnológica tenha quase triplicado, em 2008 com relação a 2002, passando de US\$18,9 bilhões para US\$51,6 bilhões, o conjunto das exportações apresenta, paradoxalmente, um perfil de menor conteúdo tecnológico (MERCADANTE, 2010). Em resumo ocorreu um aumento das exportações de bens de valor agregado. Porém a participação deles na exportação geral diminuiu devido à alta demanda desses produtos não industriais, como é possível observar na figura 17 a seguir.

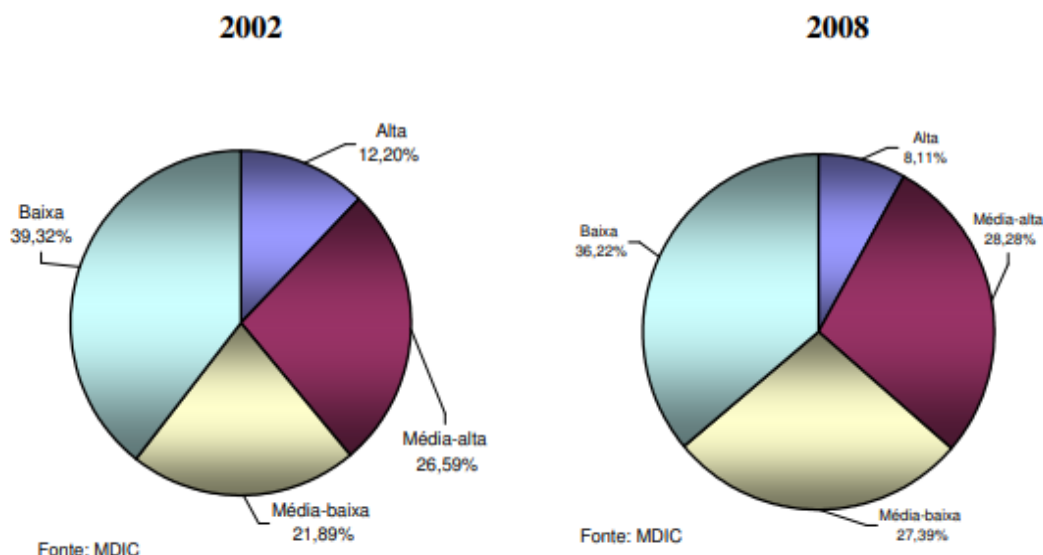
Figura 17: Estrutura das Exportações Brasileiras (Totais) por Segmentos de Intensidade Tecnológica



Fonte:Elaborado pelo autor, MDIC (MERCADANTE, 2010)

Analisando-se apenas as exportações de produtos industriais, houve também uma mudança na participação de cada setor (figura 18).

Figura 18: Estrutura das Exportações Brasileiras de Produtos Industriais por Segmentos de Intensidade Tecnológica



Fonte:Elaborado pelo autor, MDIC (MERCADANTE, 2010)

Em 2009, a crise internacional introduziu alterações na composição dessas exportações industriais, aumentando a participação dos produtos de alta tecnologia (de 8,1% para 8,6%) e de baixa tecnologia (de 36,2% para 41,7%), fazendo com que caísse os segmentos intermédios de média-alta tecnologia (de 28,3% para 26,0%) e de média-baixa tecnologia (de 27,4% para 23,6%). Portanto, a crise acentuou o movimento de redução do nível médio de conteúdo tecnológico das exportações, com perda de posição dos segmentos superiores (de 36,4% para 34,6%) e aumento dos de menor intensidade tecnológica (de 63,6% para 65,4%) (MERCADANTE, 2010).

Ainda relacionado à dinâmica de exportações ao longo do segundo governo, em 10/05/2011 foi publicado uma matéria no site G1.GLOBO.COM retratando o fato da queda de exportações de bens de industrialização e o aumento da exportação das commodities.

A perda de competitividade e de mercado das exportações brasileiras de produtos com valor agregado se acentuou com a crise econômica global em 2008 e como consequência da forte apreciação do real frente ao dólar e do aumento da participação da China no mercado mundial, segundo o estudo.(G1)

A reportagem ainda retrata a participação das exportações brasileiras no mercado mundial:

As exportações brasileiras de matérias-primas representaram 4,66% das exportações mundiais em 2009, contra 2,77% em 2000. Porém, no mesmo período, a participação das exportações brasileiras de produtos de alta intensidade tecnológica nas exportações mundiais caiu de 0,52% para 0,49%. Apesar do significativo avanço, é possível observar que os lucros estão concentrados no grupo de matérias-primas segundo o estudo da reportagem feito pela IPEA.

#### 4. ANÁLISES

Nitidamente ao ler os documentos utilizados como referência deste trabalho, o primeiro ponto a ser destacado por todos os escritores foi a influência da economia mundial (comumente conhecido como “boom das commodities”) nos resultados obtidos por Lula no final dos oito anos de governo. O que surpreende em relação ao que comumente se conhece sobre a influência desta alta de preços das matérias primas é como ela não é único fator determinante para avaliar as decisões tomadas e suas consequências ao longo dos dois governos petistas.

Primeiramente, olhando para os aspectos macroscópicos dos governos Lula é possível notar algumas diferenças entre as duas atuações. O primeiro se mostrou em muitos aspectos uma continuação do que era aplicado pelo seu antecessor, principalmente no âmbito fiscal onde nos primeiros quatros anos se manteve a ideia de ajuste das contas públicas e geração de superávits para redução da relação dívida/PIB. Portanto, se presume uma queda nos investimentos do Estado, reduzindo sua capacidade de expansão econômica (TEIXEIRA PINTO, 2012). Já no segundo governo houve uma mudança nesse ponto de gastos do governo, e com medidas de transferências de renda, aumento de salário-mínimo, medidas de expansão de crédito para consumo, entre outras, o que de forma lógica resulta em um aquecimento do mercado interno e aumenta o giro da economia de forma básica. O PAC juntamente com o BNDES, estimulando investimentos públicos e privados, deram um bom respaldo para os efeitos da crise de 2008.

O que fica assinalado como um ponto de atenção é que por metade do seu tempo, o governo Lula aplicou políticas de origem ortodoxa que vão de encontro a sua agenda em um primeiro momento (TEIXEIRA PINTO, 2012), contrariando algumas narrativas populares que o colocam em papel de um presidente distante economicamente da ortodoxia. A mesma que o presidente deu indícios de uma aproximação em sua carta ao povo brasileiro, e da administração responsável do país, uma vez que essa manutenção de partes importantes das políticas utilizadas por FHC deu a ele fôlego e respaldo para reformas, expansão e crescimento de setores estratégicos em seu governo. Importante destacar o óbvio de que um governo de 8 anos em país de mais de 200 milhões de pessoas na época não pode ser resumido a um fator econômico externo ou interno. Os resultados obtidos advêm

de um conjunto de decisões do próprio governo, juntamente com o que foi entregue pelo governo anterior, e no contexto socioeconômico da época.

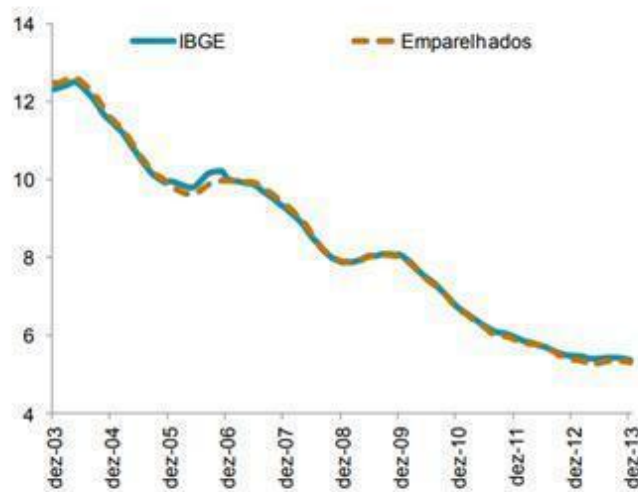
Também vale destacar que um “bom governo” ou “mau governo” se torna amplamente subjetivo pois tudo dependerá da forma como se analisa o contexto. Por isso, a forma escolhida neste trabalho foi entender o que foi colocado como plano do governo, sendo essa a estratégia que o presidente julgava mais eficaz para o Brasil de 2002/2006 e se ele consegue cumprir o que sua equipe econômica coloca como objetivo, tornando a análise mais clara e objetiva.

Por tanto, a seguir o esforço será o de se entender o que foi prometido ao povo em 2002 e 2006, dentro do contexto e dos resultados já apresentados nos capítulos anteriores, analisar e comparar para definir se os objetivos iniciais foram realizados, e finalmente correlacioná-los com os resultados macroeconômicos obtidos.

No que tange o assunto relacionado ao PIB e ao emprego, os gráficos apresentados mostram que de fato ocorreu um ao longo dos oito anos de governo, por mais que essa seja uma promessa de campanha da primeira eleição vencida, é necessário entender o que foi feito para que ela seja realizada enquanto o presidente Lula estava no poder, por isso alguns dados contabilizam o período 2003-2010. A seguir, a figura 19 apresenta as médias móveis da taxa de desemprego no período.

É possível notar que entre o período de 2003-2010 houve praticamente uma queda livre do desemprego, e os próprios autores destacam esse comportamento (a correlação das séries é de 0,99). O comportamento da taxa de desemprego no Brasil apresenta tendência de longo prazo de queda, interrompida nos períodos Dez03-Mai04, Mai06-Abr07 e Mar09-Nov09, ainda que o aumento do desemprego, nos três casos, tenha sido inferior a 1 %.

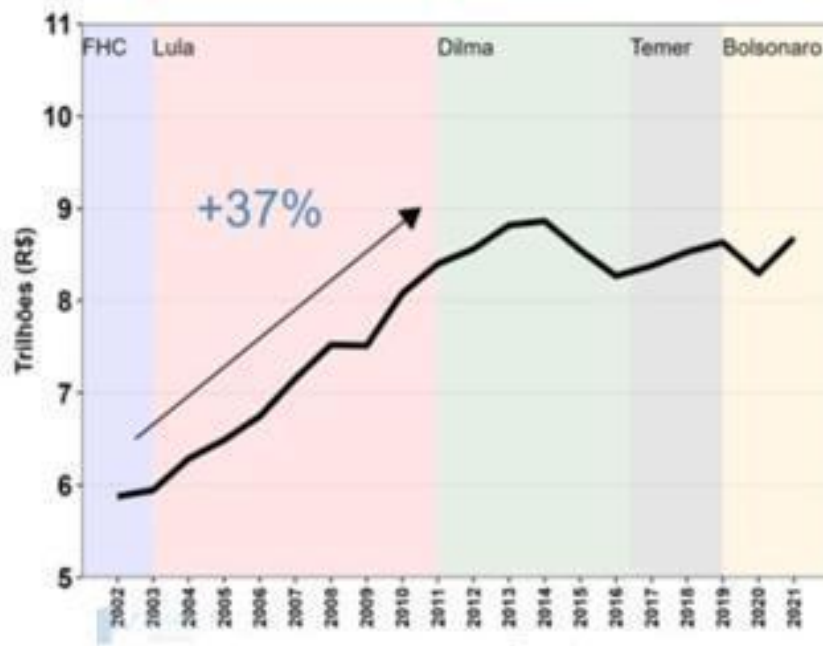
Figura 19: Taxas de Desemprego(%)



Fonte:Elaborado pelo autor, (DA SILVA, 2014)

Mostrando que mesmo a interrupções de queda não diminuem de forma significativa os resultados positivos da baixa do desemprego, sendo assim a primeira promessa de campanha atingiu seu objetivo, visto que no plano não havia um indicador numérico para ser tomado como referência, obviamente isto também não significa que qualquer pequena alteração seria levada como mérito, porém aqui claramente mudança, visto que no ano de 2010 no gráfico o desemprego está em torno de 7% e no início do governo estava claramente acima de 12%. Em relação ao aumento do PIB abaixo será demonstrado através do gráfico retirado do site (Welle et al), onde é mostrada uma evolução quase que constante do crescimento do Produto Interno Bruto, e vale destacar que dentro da academia o crescimento do PIB não é tomado como principal indicador de um crescimento econômico, e que avaliar esse crescimento é muito mais complexo. Entretanto no norte de avaliação do cumprimento das propostas estes são os pontos do plano de governo, e como esta métrica foi citada de forma específica, é necessário expô-la aqui de forma a entender se ocorreu ou não este aumento.

Figura 20: PIB Real (2002-2021)



Fonte:Elaborado pelo autor, (Welle et al, 2023)

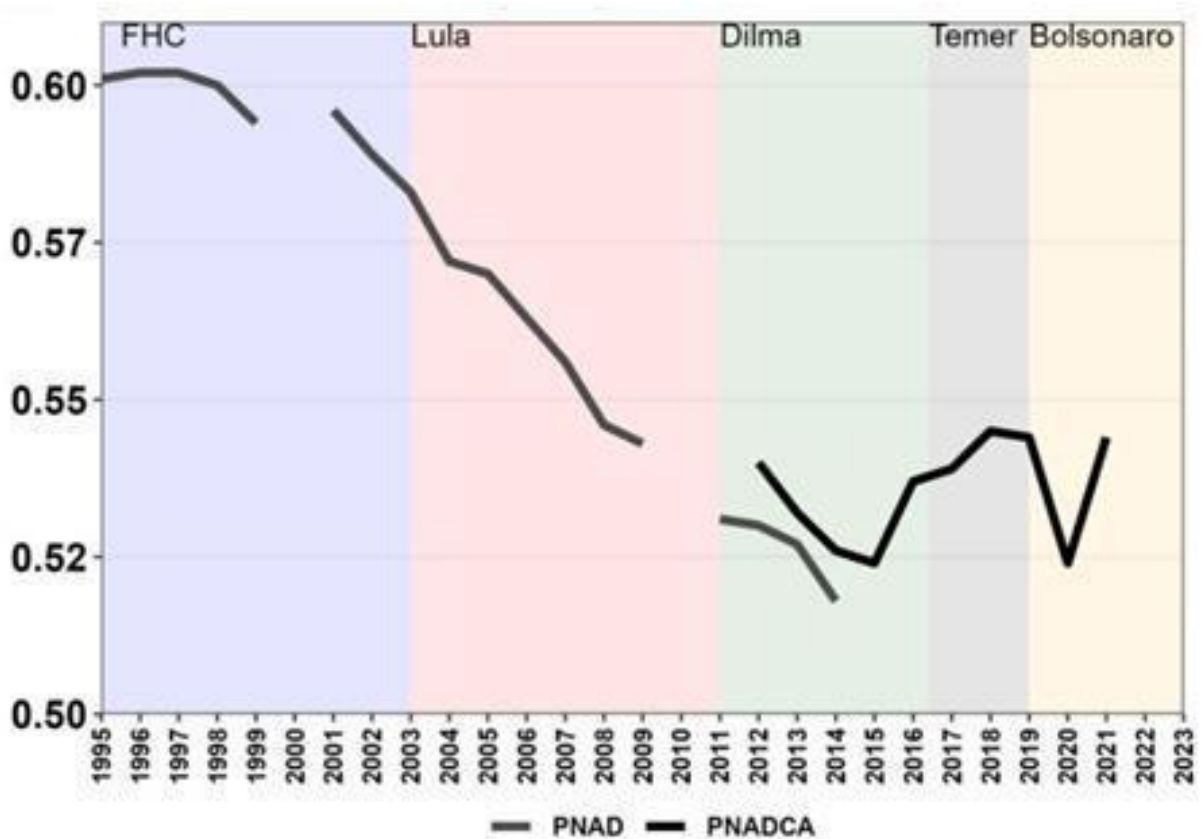
A revista exame em matéria comparando os governos petistas (Lula e Dilma) aos de Temer e Bolsonaro (O GLOBO, 2023) ainda destaca:

Nos últimos 20 anos, de 2002 a 2022, o Brasil teve uma média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,2% ao ano, de acordo com cálculos da consultoria MB Associados. O segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) foi o que teve a maior média de crescimento desde os anos 1990, com 4,6% ao ano.(O GLOBO, 2023)

Passando para o segundo item, em relação a geração e distribuição de renda, foram apontadas grandes evoluções no aumento salário real juntamente com os gráficos retirados do IPEA, que mostram a diminuição da porcentagem de pessoas na linha da pobreza, saindo de 15% em 2003 para 6,5% em 2010, juntando-se com o crescimento de renda.

Ainda no mesmo capítulo, o gráfico mostra a queda de 35,8% brasileiros na pobreza para 21,4%, diferenciando em 14,4%. A seguir a figura 21 apresenta um gráfico retirado da mesma matéria anteriormente citada do instituto de economia da UNICAMP, mostrando a queda na desigualdade nos governos desde FHC.

Figura 21: Desigualdade da Renda (Índice de Gini)



Fonte:Elaborado pelo autor, (Welle et al, 2023)

O terceiro ponto a ser avaliado foi a ampliação da infraestrutura social. Como citado no capítulo anterior, no primeiro governo houve a criação do Ministério das Cidades e posteriormente o PAC. Vale destacar como o governo Lula abordou essa questão, visto que em seu primeiro dia de governo criou este ministério e ao longo dos oito anos, capilariza e expande a área de infraestrutura, mostrando um interesse real em interferir de forma positiva nessa questão. Paulo Lins, Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em Teoria Econômica pelo Instituto de Pesquisa Econômica (IPE-USP), em artigo publicado no Blog do IBRE, expõe alguns pontos relevantes a serem criticados e tomados como aprendizado:

O PAC foi efetivo em aumentar o investimento público em infraestrutura. Porém, as críticas ao programa chamam mais atenção que os seus méritos. A ideia de que o gasto público seria o motor do crescimento econômico levou a uma crise fiscal e a uma aceleração da inflação. (Welle et al, 2023)

O economista ainda destaca o atraso ocorrido em muitas obras, assim como o alto custo devido essa ineficiência na entrega e gestão dos projetos e, como os gastos advém de recursos públicos, é de interesse do governo entender a forma mais eficiente de gerir este montante. No entanto, apesar das falhas, os impactos do PAC na geração de empregos e no acesso ao saneamento básico, escolas de qualidade, melhora em estradas e rodovias, torna o programa passível de críticas e melhorias, mas com saldo positivo ao final dos 8 anos de governo.

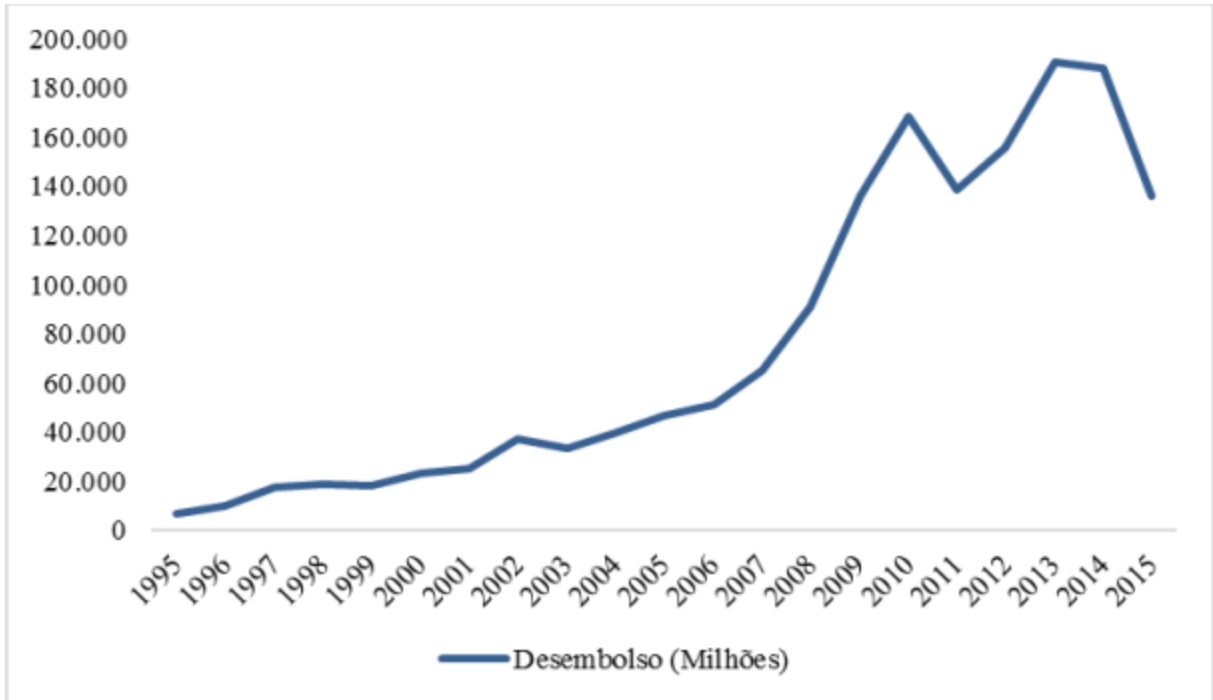
A retomada do PNH (Política Nacional de Habitação) também merece destaque como uma ação governamental com objetivo de cumprir essa proposta. Em resumo, é possível notar a criação de muitas frentes para a realização dos três pilares principais do plano do primeiro governo, mostrando que além dos resultados satisfatórios, ocorreu de fato uma mobilização estatal.

A seguir discute-se o tema relacionado com a capacitação tecnológica das empresas e adensamento das cadeias produtivas, que poderia ser resumido no desenvolvimento de indústrias e empresas. Aqui ocorreram a criação de inúmeros órgãos e programas como: ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial); Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP); Lei nº 5.353, de 24 de janeiro de 2005 que tinha como objetivo fomentar o desenvolvimento industrial, criação da “Lei do Bem” que gerava um incentivos fiscais na importação de equipamentos para modernização portuária bem como a modernização da indústria em setores estratégicos. Por fim, a criação da INI (Iniciativa Nacional para Inovação), criando uma rede de profissionalização e construção de conhecimento para o desenvolvimento tecnológico. Neste contexto fica clara a atuação no desenvolvimento tecnológico em duas frentes, a primeira criando incentivos econômicos e órgãos de atuação que costumam apresentar resultado a curto prazo, e a segunda frente a longo prazo (criação da INI), que com o passar do tempo tem a possibilidade de expandir e trazer como benefícios inovações e desenvolvimentos futuros. Sendo assim a atuação simultânea dessas frentes englobam um processo mais robusto de modernização e desenvolvimento do setor industrial e de comércio. Vale destacar ainda a importância da presença estatal não só nos incentivos fiscais como nos investimentos cedidos aos órgãos, bem como na atuação do setor público na concessão de crédito.

Por último está a questão relacionada à ampliação de financiamentos internos, e o que ficou como principal resultado foi o crescimento da participação e

da importância do BNDES nos setores desenvolvidos ao longo dos 8 anos de governo. A seguir, o gráfico da figura 22 mostra o aumento do volume de contribuição em milhões de reais ao longo dos anos.

Figura 22: Evolução dos Desembolsos do BNDES 1995-2015 em (reais)



Fonte:Elaborado pelo autor, BNDES (ALBANEZ E PORTES, 2017)

O primeiro e segundo governo tiveram características distintas de facilitação de crédito, ocorrida em ambos os casos. No primeiro governo pelo crédito com recursos livres, realizado por instituições privadas nacionais e destinado à pessoa física. Já no segundo governo, devido a um aquecimento na demanda, ao crescimento do consumo das famílias e ao acesso ao crédito, ocorreu uma maior demanda por parte das indústrias. Assim, o crescimento do crédito esteve relacionado diretamente ao desempenho econômico. A oferta de crédito além de causa foi também consequência do crescimento da economia como um todo. Esta oferta proporcionou uma maior elasticidade no crescimento dos gastos das famílias e das firmas, pois aumentou o poder de compra. Além deste fator, o crescimento do produto e da renda estimularam o crescimento do crédito, pelo lado da demanda (OREIRO, PAULA E BASÍLIO, 2010).

Por fim, entendendo que de maneira prática o governo adotou uma política que fortaleceu o BNDES e elevou sua importância e volume de participação na economia, é possível considerar como uma conclusão positiva de um dos itens do plano inicial. Apesar de ser uma avaliação muito mais subjetiva do que qualitativa da maioria dos pontos, principalmente aqueles três pilares principais: crescimento do emprego; geração e distribuição de renda; e ampliação da infraestrutura social, foram todos realizados e inclusive são uma das marcas do governo Lula até hoje. Assim, entende-se que de forma objetiva o primeiro governo Lula cumpriu ao menos as principais propostas citadas neste trabalho, não fazendo juízo de valor sobre a qualidade e forma de como foram feitas.

Agora, partindo-se para as propostas do segundo governo, há uma diferença tanto nos planos como na forma como o país foi conduzido. Como já mencionado anteriormente, o primeiro governo teve de certa forma uma extensão de pensamento macroeconômico dos governos FHC, obviamente com alguns pequenos ajustes sociais. Porém, a partir de 2007, Lula parece mostrar que os avanços sociais precisam ganhar mais foco e evoluir ainda mais do que já foi apresentado em seus primeiros quatro anos. Então, seu primeiro objetivo é o desenvolvimento econômico e social aliado à sustentabilidade, tendo como norte a expansão produtiva e controle da inflação.

Como exposto no início do capítulo 3.2, ocorreu implementação da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que consistia em renúncias fiscais, investimento em setores industriais estratégicos, entre outros incentivos que poderiam sustentar um desenvolvimentismo a longo prazo. Portanto o, e obviamente viu-se que isso ocorreu já no primeiro governo, porém de forma mais tímida e terceirizada, via BNDES e Ministérios.

Agora o governo age diretamente renunciando tributos, mexendo em regulações, apoiando algo com planos de longa duração e principalmente planos de desenvolvimentos específicos para cada área dentro do setor industrial, desde setores embrionários até os que já possuíam algum nível de evolução em andamento.

Em um ponto posterior, o plano apontava um objetivo de redução na taxa de juros de 2006 a 2010. De forma detalhada a tabela 5 mostra que ocorreram oscilações. Porém na média geral foi registrada uma queda em comparação ao

primeiro governo e principalmente a governos anteriores, sendo o primeiro governo Lula com Taxa Média de 16,3 e o segundo com Média de 11,08.

Tabela 5: Evolução da Taxa de juros Selic % ao ano 1995 a 2014

<b>Evolução da taxa de juros Selic % ao ano 1995 a 2014</b>	
<b>Ano</b>	<b>Taxa Selic</b>
1995	41,22
1996	23,9
1997	39,9
1998	29,2
1999	19,0
2000	15,8
2001	19,1
2002	24,9
<b>Taxa média FHC</b>	<b>26,6</b>
2003	16,3
2004	17,7
2005	18,0
2006	13,2
2007	11,2
2008	13,7
2009	8,7
2010	10,7
<b>Taxa média Lula</b>	<b>13,7</b>
2011	10,9
2012	7,1
2013	9,9
2014	11,6
<b>Taxa média Dilma</b>	<b>9,9</b>
Fonte: Banco Central. Extraído: Vinte anos de economia brasileira: Gerson Gomes e Carlos Cruz	

Fonte:Elaborado pelo autor, BCB (CAMPOS,2015)

Logo ocorreu de forma prática e objetiva uma diminuição. Aqui talvez esteja um dos pontos tratados da forma mais enxuta e objetiva possível, pois ao contrário de outros objetivos deste governo, a diminuição da taxa de juros, apesar de envolver inúmeras variáveis, teve a realização deste objetivo de forma direta e prática, logo a observação dos dados se torna suficiente.

Seguindo com os demais pontos do plano de governo está a redução da proporção dívida/PIB. Aqui apesar da conclusão da promessa, existe uma ressalva a ser feita que gerou debate na época. Primeiramente, como mostra o gráfico da figura 23 a seguir, retirado de uma matéria sobre o tema na revista Infomoney, ocorreu de

fato uma diminuição da dívida, e é possível notar uma oscilação visto que em 2006 a dívida representa 65% do PIB e ao final do governo ela chega a 62%.

Figura 23: Evolução da Dívida Pública (%PIB) - Brasil



Fonte: ajust./BCB/FMI (INFOMONEY, 2016)

Entretanto, a coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, em entrevista à revista Época Negócios expõe:

A quitação dos débitos com o FMI não foi benéfica ao país. A dívida com o FMI era uma dívida que custava apenas 4% de juros. Para pagá-la, nós emitimos dívida externa e interna a taxas de juros muito superiores. Nós trocamos dívida mais barata, em termos de taxa de juros, por dívida mais cara (EPOCANEGOCIOS, 2016)

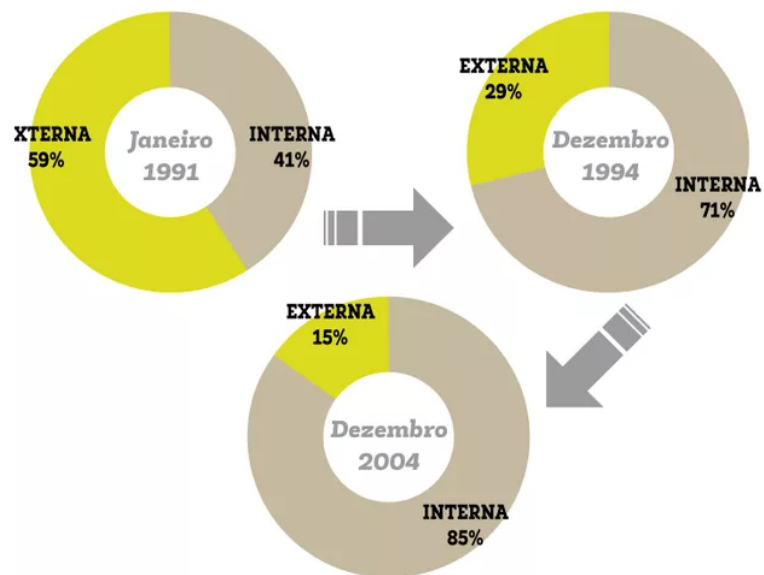
O Professor da Universidade de Brasília e economista Roberto Piscitelli, em entrevista à Rádio Câmara no ano de 2006, também corrobora com a visão de que essa quitação da dívida externa do ponto de vista econômico não foi uma decisão acertada, uma vez que a taxa de juro a 4% ao ano da dívida do FMI se tornaram taxas de 12% ao ano com captação de recursos externos para pagamento da dívida. De forma simples, o Brasil de fato não pagou uma dívida, apenas trocou de credor e com fator negativo de pagar 3 vezes mais juros em relação a dívida.

Figura 24: Participação da Dívida Externa e Interna

---

**Participações da Dívida Externa Pública no Total da Dívida Pública no Brasil 1991, 1994 e 2004**

---



---

Fonte: (EPOCANEGOCIOS, 2016)

Um dos últimos pontos avaliados é o aumento do salário real dos trabalhadores brasileiros. Este ponto na exposição de políticas adotadas no capítulo 3 entrou no assunto de distribuição de renda ainda no primeiro governo. Entretanto seria interessante ressaltar que ainda no segundo governo havia uma meta de aumento do salário-mínimo acima da inflação. A tabela 6 a seguir, retirada de um dos trabalhos publicados por Aloizio Mercadante, mostra como esse aumento realmente ocorreu.

Tabela 6: Participação da Dívida Externa e Interna

Período	Salário Mínimo Nominal (R\$)	Salário Mínimo Real (R\$)*	Salário Mínimo (US\$)	Poder Aquisitivo (Cestas Básicas Dieese)
Mai/1999	136,00	271,66	81,00	1,50
Abr/2000	151,00	279,16	83,00	1,28
Abr/2001	180,00	302,17	78,00	1,37
Abr/2002	200,00	309,26	81,00	1,42
Mai/2003	240,00	312,02	81,00	1,38
Mai/2004	260,00	324,09	84,00	1,47
Mai/2005	300,00	348,17	122,00	1,60
Abr/2006	350,00	402,77	163,00	1,91
Abr/2007	380,00	424,94	187,00	1,93
Mar/2008	415,00	435,96	243,00	1,74
Fev/2009	465,00	468,91	201,00	2,01
Jan/2010	510,00	510,00	290,00	2,23

Fonte: DIEESE

\* Valores médios anuais convertidos para reais de 1º de janeiro de 2010, deflacionados pela projeção do Índice de Custo de Vida do DIEESE - estrato inferior.

Fonte:Elaborado pelo autor, DIEESE(MERCADANTE, 2010)

O economista destaca que os reajustes reais desde 2003 totalizaram 53,67%, e destacar esta mudança tem grande importância pois impacta diretamente na classe social a qual Lula dizia representar, além de afetar positivamente outros objetivos seus, como crescimento do consumo e produção no país, juntamente com a diminuição da desigualdade.

Os dados indicam que os salários médios mensais no Brasil registraram crescimento de 2,8%, em 2008, acima do desempenho de países como o Canadá (2%), Austrália (1,1%) e Grã-Bretanha (0,5%) (MERCADANTE, 2010, p.361).

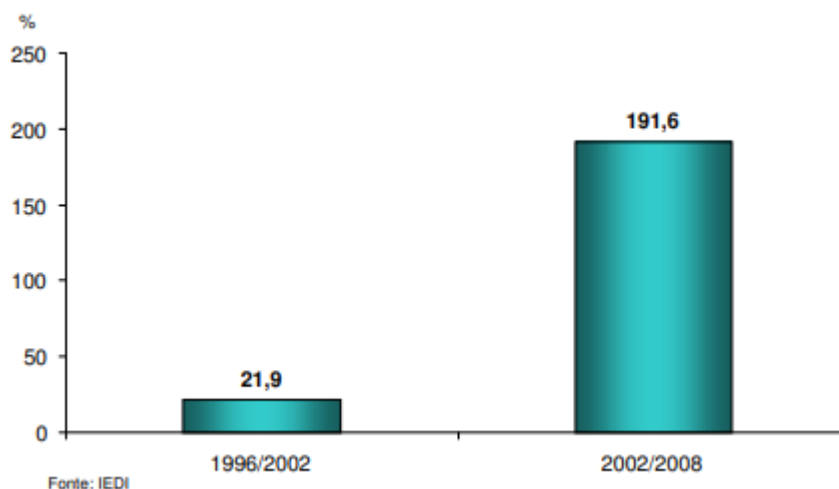
Adiante, olhando para o tema relacionado ao desenvolvimento regional, de forma resumida, foi possível concluir com o que foi relatado no final do capítulo 3, que realmente houve um esforço estatal através da Política Nacional de Desenvolvimento Regional via Ministério da Integração Nacional, que possuía um plano complexo e de fato bem estruturado. Entretanto, quando levado à prática houve entraves burocráticos para realização das obras devido a extensão territorial, a complexidade política brasileira como falta de cooperação entre os estados, e diferentes setores do governo não apresentaram sintonia ao longo do projeto. As regiões quando recebiam aportes financeiros acabam tomando decisões voltadas ao ganho político local e não à evolução e execução do projeto.

Apesar de não ser uma responsabilidade direta do governo, o mesmo ao prometer algo a esse nível de complexidade, e propor um plano de ação que não funciona como deveria, mostra no mínimo desconhecimento da melhor forma de executá-lo ou descontrole em relação às unidades federativas envolvidas. Aqui portanto está talvez uma das poucas falhas na conclusão de objetivos listados neste trabalho.

Apesar das melhorias recentes, as desigualdades regionais brasileiras permanecem agudas sob os mais diversos vieses, como aqueles relacionados ao acesso a serviços públicos, às alternativas de inclusão produtiva e/ou aos indicadores socioeconômicos de renda, educação e saúde (VITARQUE, 2014).

No último tópico a ser analisado está o aumento da exportação de produtos agregados e o combate à concorrência externa predatória. É de conhecimento geral que Luiz Inácio foi beneficiado pelo “boom das commodities”, porém mesmo sabendo deste “golpe de sorte”, o presidente tinha ideia da importância do desenvolvimento de setores de manufatura e exportação para aumento da robustez da economia brasileira. O que foi possível notar com o demonstrado no capítulo 3 é que houve sim uma queda na participação da exportação das manufaturas, fato esse devido ao aumento do valor bruto de exportação das commodities, que no somatório geral teriam maior influência. Entretanto, observando o setor manufatureiro de forma isolada, houve crescimento da produção industrial junto com a exportação da mesma, segundo a OCDE. Porém esse crescimento foi naturalmente ofuscado pela influência do setor extrativo na época. A seguir, a figura 25 retirada da publicação de Mercadante demonstra o Crescimento Acumulado das Exportações Industriais (em %).

Figura 25: Brasil - Crescimento Acumulado das Exportações Industriais (em %)



Fonte: Elaborado pelo autor, IEDI (MERCADANTE, 2010)

Desse modo, tendo exposto as propostas, as decisões e políticas adotadas por Lula e sua equipe e claro seus resultados, torna-se necessário voltar ao objetivo deste trabalho: identificar, comparar, e analisar todo esse processo.

Lula, apesar de não concluir todos os principais objetivos de governo destacados aqui, apresentou um desempenho muito satisfatório, uma vez que em seu primeiro governo concluiu os três objetivos pilares anteriormente citados (crescimento do emprego, geração e distribuição de renda e ampliação da infraestrutura social). Duas de suas promessas de campanha do segundo governo não apresentaram conclusão ou tiveram uma execução que não atenderam às expectativas (redução da dívida/PIB e o desenvolvimento regional) que, apesar de mostrar um certo impacto positivo, não apresentaram um resultado efetivo, recebendo críticas pela forma como foi executado. Ainda existem fatores externos que deveriam ter sido previstos pelo governo ou ao menos sido contornados, que afetaram o sucesso do atingimento dos objetivos totais.

Em resumo o governo encerrou 2010 com muito mais vitórias que derrotas, além de uma aprovação recorde de 80% segundo a Confederação Nacional da Indústria, 8 anos de um governo longe de ser perfeito, mas sim muito efetivo no que se propôs.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando essas considerações estão sendo escritas, Luiz Inácio “Lula” da Silva completa seus primeiros seis meses em seu terceiro mandato. Seus dois primeiros mandatos foram marcados por resultados expressivos principalmente nos campos socioeconômicos, tendo em vista que a forma de avaliar um governo pode ser subjetiva em alguns pontos, já que os governos sucessores naturalmente sofrem consequências das decisões de seus anteriores, assim como influências externas do contexto global a qual estão inseridos, então isolar variáveis não é uma opção, mas analisar e entender como o governante lida com essas variáveis pode ser uma forma de avaliar seu governo. Como foi falado anteriormente o primeiro e segundo governo tiveram suas diferenças apesar do presidente ser o mesmo, e aqui entra o governante lidando com as variáveis apresentadas a ele, uma vez que entender como agir perante a sua realidade, é a qualidade que o líder de uma nação deve ter ao ocupar um cargo que envolve leitura de situações e tomadas de decisão.

Dentro dos objetivos específicos, a avaliação será olhar para o que foi prometido segundo as propostas expostas aqui, entender a realização das mesmas e por fim suas consequências. De maneira geral houve sim um cumprimento do que foi proposto, principalmente olhando para os três pilares do plano de governo: o crescimento do emprego; a geração e distribuição de renda; a ampliação da infraestrutura social. Ficou nítido que nas demais propostas houve uma tentativa de tirar do papel porém a execução de algumas como o plano de desenvolvimento regional e a redução da dívida externa, mostraram-se erros de tomada de decisão, entretanto em 8 anos de governo naturalmente a realidade exige que o resultado contenha mais acertos do que erros e foi o que aconteceu, ocorreu o impulso econômico atribuído às commodities porém só ele não causaria as transformações sociais registradas, nem o desenvolvimento de setores estratégicos da indústria.

Creio que a crítica deva ser focado no fator qualitativo das mudanças, atualmente ainda existem setores estratégicos em estado precário na economia, o governo Lula notoriamente acertou mais do que errou, e tentou colocar em prática o que prometeu, o detalhe qualitativo está na forma como foram executados algumas dessas propostas, que acabam pesam um pouco contra, apesar de no apanhado geral o resultado apresentado ser extremamente positivo e com alta aprovação nacional. A projeção para este terceiro governo, é a expectativa da manutenção da leitura situacional já citada, com o aprendizado dos erros do passado.

## 6.REFERÊNCIAS

ALBANEZ, Tatiana. PORTES, Maria Eugênia Marson. **Oferta das Linhas de Crédito do BNDES nos Governos FHC e Lula** e seus Impactos Sobre as Decisões de Financiamento de Empresas Brasileiras. São Paulo, julho de 2017.

ANDERSON, Perry. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza e Bruno Costa; Rodrigo Alves Teixeira; Eduardo Costa Pinto. **O Brasil de Lula**. Novembro 2011.

BARBOSA, Nelson. **Blog do IBRE: Relembrando a evolução recente da dívida líquida**. São Paulo, 23 out. 2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/relembrando-evolucao-recente-da-divida-liquida> - Acesso 07/05/2023.

BCB. **Histórico de Metas**. s/d, s/p. <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas> - Acesso 06/05/2023.

BRASIL EXPORTA MAIS MATÉRIA-PRIMA E MENOS PRODUTOS DE VALOR AGREGADO, **G1.com**, 10 de maio de 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/05/brasil-exporta-mais-materia-prima-e-men-os-produtos-de-valor-agregado.html> - Acesso 09/05/2023.

CANO, Wilson. DA SILVA, Ana Lucia Gonçalves. **Política industrial do governo Lula**. Campinas, julho de 2010.

CURADO, Marcelo. **Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula**. Economia & Tecnologia - Ano 07, Volume Especial, 2011.

DA SILVA, Fábio José Ferreira. PIRES, Leandro Siani. **Evolução do Desemprego no Brasil no Período 2003-2013**: análise através das probabilidades de transição. Brasília-DF, 2014.

DA SILVA, Luiz Inácio. **Carta ao povo brasileiro**. 2002.

DA SILVA, **Luiz Inácio**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2002/> Acesso em: 01/03/2022.

DA SILVA, Luiz Inácio. Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. **G1.com**, 16 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-che-ga-87-diz-ibope.html> - Acesso 07/05/2023.

DE ALMEIDA, Cesar Antonio Locatelli. **Economia Política no Brasil: Primeiro Governo Lula**. 2009. Tese (Mestrado em Economia Política) - Curso de Ciências Econômicas - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

DE ALMEIDA, Paulo Roberto. **Uma avaliação do governo Lula: A Área econômica**. Outubro, 2010.

DE CARVALHO, Fernando Cardim e FERRARI FILHO, Fernando. **PresidentLula at the first third of his term**. Setembro de 2014.

DE MACEDO, Fernando César; PORTO, Leonardo Rodrigues. **EVOLUÇÃO REGIONAL DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL (2000-2018): APONTAMENTOS PARA A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR)**. Brasília, abril de 2021.

EUGÊNIA et al. **Oferta das Linhas de Crédito do BNDES nos Governos FHC e Lula e seus Impactos Sobre as Decisões de Financiamento de Empresas Brasileiras**. Crescimento e Regimes de Política Macroeconômica: Teoria e Aplicação ao Caso Brasileiro (1999-2011). Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, v. 8, 2011.

FERREIRA DE SOUZA, Pedro H. G. **A Evolução Da Pobreza Monetária No Brasil No Século XXI**. In: IPEA: Notas De Política Social, 2022.

GARCIA et al. **Plano de Governo 2006**.

MARICATO, Ermínia. **O MINISTÉRIO DAS CIDADES E A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**. In: IPEA. Fevereiro de 2006.

MERCADANTE, Aloizio; VIANA, Gilney; BITTAR, Jorge; DULCI, Luiz; MARINHO, Luiz; FRISON, Marcel; PIES, Marcelino; DÉDA, Marcelo; MEIRA, GARCIA, Márcio; Marco Aurélio; TAVARES, Maria da Conceição; BENEVIDES, Maria Victória (Ouidora); SILVA, Marina, SUPPLY, Marta; RIBEIRO, Matilde; ROSSETTO, Miguel; PELEGRINO, Nelson; GRAJEW, Oded; ANANIAS, Patrus; ROCHA, Ronald; BACELAR, Tania; GENRO, Tarso. **Plano de Governo 2002**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2002/> Acesso em: 01/03/2022.

MERCADANTE, Aloizio. **As Bases do Novo Desenvolvimento no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Curso de Ciências Econômicas - Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, dezembro de 2010.

MARO, Mônica. **A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO NO BRASIL ENTRE 2003 E 2010**. IN: IPEA. Rio de Janeiro, janeiro de 2015.

MARICATO, Ermínia. **O MINISTÉRIO DAS CIDADES E A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**. In: IPEA. Fevereiro de 2006.

MORA, Mônica. **A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO NO BRASIL ENTRE 2003 E 2010**. IN: IPEA. Rio de Janeiro, janeiro de 2015.

**O GLOBO**, Agência. Bolsonaro,Lula, Temer ou Dilma: qual presidente conseguiu maior crescimento do PIB?. Exame, 2023. Disponível em: <https://exame.com/economia/bolsonaro-lula-temer-ou-dilma-qual-presidente-conseguiu-maior-crescimento-do-pib/> - acesso 23/05/2023.

PAES COELHO, Vitarque Lucas. **A política regional do governo Lula (2003-2010)**.

PEREIRA, Sandro. **Análise da trajetória institucional de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil**. Brasília, 2016.

SOLOW, Arthur. **Evolução da dívida pública brasileira desde 1978: um gráfico para você refletir**. Infomoney, 2016. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/terraceconomico/evolucao-da-divida-publica-brasileira-desde-1978-um-grafico-para-voce-refletir/> - Acesso 07/05/2023.

TCU. **Contas do Governo**. Contas 2010. s/d, s/p. [https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas\\_governo/contas\\_2010/fichas/Ficha%201.4\\_cor.pdf](https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas_governo/contas_2010/fichas/Ficha%201.4_cor.pdf) - Acesso 07/05/2023.

TEIXEIRA, PINTO. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico**. 2012. Site bcb.gov.br (<https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD349.pdf>).

WELLE et al. **Dimensões da economia brasileira: renda, emprego e desigualdade nos governos Lula a Bolsonaro**. Instituto de Economia, 2023. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/noticias/dimensoes-da-economia-brasileira-renda-emprego-e-desigualdade-nos-governos-lula-a-bolsonaro> - Acesso 09/06/2023.